

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

**O conflito da Síria:
As dinâmicas de Globalização,
Diplomacia e Segurança.**

(Comunicações no âmbito da Conferência Final do I Curso de Pós Graduação
em Globalização, Diplomacia e Segurança)

Coordenadores:

Tenente-coronel Rui Vieira
Professora Doutora Teresa Rodrigues

Setembro de 2014

Centro de Investigação de Segurança e Defesa

Os Cadernos do IESM têm como principal objetivo divulgar os resultados da investigação desenvolvida no/sob a égide IESM, autonomamente ou em parcerias, que não tenha dimensão para ser publicada em livro. A sua publicação não tem uma periodicidade definida. Consideram-se como objeto de publicação pelos Cadernos do IESM:

- Trabalhos de investigação dos investigadores do CISDI ou de outros investigadores nacionais ou estrangeiros que se enquadrem no âmbito das Ciências Militares, da Segurança e Defesa Nacional e Internacional;
- Trabalhos de investigação individual ou de grupo de reconhecida qualidade, efetuados pelos discentes, em particular pelos auditores do Curso de Promoção a Oficial General (CPOG), pelos alunos do Curso de Estado-Maior Conjunto (CEMC) e de pós-graduações, que tenham sido indicados para publicação;
- *Papers*, ensaios e artigos de reflexão produzidos pelos docentes;
- Comunicações de investigadores do CISDI e de discentes efetuadas em eventos científicos (e.g., seminários, conferências, workshops, painéis, mesas redondas), de âmbito nacional ou internacional, em Portugal ou no estrangeiro.

Diretor

Tenente-General Rui Xavier Matias

Editor-chefe

Major-General Carlos Branco

Coordenador Editorial

Coronel Tirocinado Lúcio Santos

Núcleo Editorial e Design Gráfico

Tenente-Coronel Manuel Ratão

Tenente-Coronel Rui Grilo

Propriedade

Instituto de Estudos Superiores Militares

Rua de Pedrouços, 1449-027 Lisboa

Tel.: 213 002 100

Fax.: 213 002 179

E-mail: cisdi@iesm.pt

www.iesm.pt/cisdi/publicacoes

Composição, Impressão e Distribuição

Fronteira do Caos Editores

Rua Diogo Cão, 1242 r/c Esq

4200-259 Porto

Tel.:

Fax.:

E-mail:

www.

ISBN-....

ISSN 2183-2129

Depósito Legal .../14

Tiragem 500 exemplares

ÍNDICE DE ASSUNTOS

NOTA INTRODUTÓRIA

Parte I – O CONFLITO DA SÍRIA: O QUADRO GLOBAL

A Guerra na Síria

Maria João Tomás

Parte II – DINÂMICAS SECURITÁRIAS DO CONFLITO

A Avaliação Estratégica

Rita Villaverde Gonçalves (coordenadora)

Vânia Vincent

Renata Alves

Gustavo Boto

Prospetiva do Conflito: Cenários Possíveis

Catarina Rolim

Parte III – DINÂMICAS DE GLOBALIZAÇÃO DO CONFLITO

O Ambiente Informacional: Os Media Sociais e Tradicionais

Francisco Ribeiro

Parte IV – DINÂMICAS DIPLOMÁTICAS DO CONFLITO

O Falhanço da Diplomacia

Susana Teixeira (coordenadora)

Rui Contente

Diogo Marques dos Santos

Luís Almeida

NOTA INTRODUTÓRIA

Rui Manuel da Costa Ribeiro Vieira
Tenente-coronel de Engenharia
Docente da Área de Ensino de Estratégia
Investigador Associado do CISDI
Instituto de Estudos Superiores Militares
Lisboa, Portugal
rmcrvieira@gmail.com / vieira.rmcr@iesm.pt

Teresa Maria Ferreira Rodrigues
Professora Associada com Agregação
Docente do Departamento de Estudos Políticos
Investigadora do IHC e IPRI
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Lisboa, Portugal
trodrigues@fcs.unl.pt

A presente publicação surge no âmbito das atividades desenvolvidas e competências adquiridas nas diferentes Unidades Curriculares (UC) que compõem o Curso de Pós Graduação (PG) em Globalização Diplomacia e Segurança (GDS) e na sequência da sua Conferência Final (CF) que assinalou o fim do I Curso. A PG destina-se a licenciados nas áreas das Ciências Sociais e Humanas, Ciências Militares e outras no âmbito da Segurança e Defesa, titulares de Grau do 1º Ciclo ou habilitação equivalente, aos quais se pretende proporcionar formação avançada nas áreas da globalização, da diplomacia e da segurança, habilitando-os para o desempenho de funções de liderança e de assessoria técnica em estruturas públicas do Estado, em empresas e em organismos privados, nacionais e internacionais.

Procura consolidar conhecimento num enquadramento teórico, prático e interdisciplinar sobre grandes questões nacionais e internacionais decorrentes dos desafios e oportunidades num contexto de globalização e de novos contornos de segurança, habilitando os participantes a melhor compreender o quadro de transformações e riscos crescentes do mundo contemporâneo. Confere aos participantes um conjunto de conhecimentos e metodologias de simulação e análise prospetiva, que permitam uma compreensão dos assuntos de natureza global, regional e nacional na área das grandes temáticas internacionais, numa perspetiva multidimensional e multidisciplinar. Desenvolve competências de aplicação dos conhecimentos à formulação, equacionamento e resolução de problemas em contextos temáticos diversificados e conjunturas complexas, que decorrem do processo de globalização e da atual perceção de risco e envolvam a tomada de decisões no âmbito da política internacional.

Em suma procura habilitar os estudantes com os conhecimentos científicos, instrumentos de análise e metodologias necessários para avaliar, gerir e tomar decisões, face a problemas concretos decorrentes dos desafios impostos pelo novo enquadramento de questões internacionais e securitárias, pela cooperação internacional, pela globalização, pelo contexto geopolítico e geoestratégico em que se configuram as relações de poderes mundiais, nos quais os processos de decisão estratégica e o enquadramento da segurança e defesa nacional devem ser equacionados, numa lógica de ligação entre as áreas do conhecimento das Relações Internacionais e das Ciências Militares.

A PG desenvolve-se em ligação estreita com entidades vocacionadas para as temáticas em estudo, através da participação de conferencistas e docentes da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) da Universidade NOVA de Lisboa (NOVA), do Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM) e do Instituto Diplomático (IDi). A oferta curricular, que garante a equivalência ao 1º ano do 2º ciclo de estudos, foi definida de modo a capitalizar o património de conhecimento e competências, diversificado e complementar, do IESM, da FCSH e do IDi, bem como das respetivas redes de contactos, centros de investigação e especialistas nas áreas da diplomacia, globalização, segurança e defesa. A sua concretização permitiu às instituições participarem mais ativamente no esforço nacional de qualificação avançada de recursos humanos e ao mesmo tempo criou as pontes necessárias para uma interação entre a sociedade civil, militar e diplomática, capitalizando e potenciando sinergias que daí poderão resultar.

A CF, de 28 de maio de 2014, constituiu uma atividade letiva complementar, que teve por objetivo geral criar condições para que os estudantes pudessem aplicar os conhecimentos teóricos adquiridos durante o curso, relacionados com as dinâmicas da globalização, da segurança e da diplomacia no contexto do conflito sírio. As comunicações agora publicadas são o reflexo do programa da CF que analisou os antecedentes, o presente e o futuro daquele país e da daquela região. O evento constituiu um desafio importante para os alunos e um mecanismo de validação do processo ensino-aprendizagem.

A CF iniciou-se com uma comunicação de um especialista de reconhecido mérito que apresentou o quadro global do conflito sírio. Seguiram-se, nas partes II, III e IV, as análises às diversas dinâmicas em torno do conflito.

No âmbito das dinâmicas securitárias foi feita a Avaliação Estratégica centrada nos fatores-chave do conflito, nos Centros de Gravidade dos atores em confronto e nas Opções de Resposta Estratégica. Ainda no domínio da dinâmica securitária efetuou-se um exercício de prospetiva, tendo sido a esse propósito identificados e caracterizados oito possíveis cenários suportados em 3 eixos de contrastação: (1) Conflitualidade e Corrida Armamentista; (2) Crise Sunita; e (3) Fragmentação de Estados.

O papel dos Media Sociais no conflito e a sua relação com os Media Tradicionais foram alvo de análise no âmbito das dinâmicas da globalização. Esta comunicação veio reforçar o argumento de que o conflito da Síria será a “primeira guerra dos media sociais”. Evidencia a importância dos Media Sociais enquanto ferramenta para fins políticos, militares e geoestratégicos.

A CF terminou com um olhar sobre as dinâmicas diplomáticas descrevendo cinco falhanços da diplomacia: (1) Êxitos diplomáticos restritos; (2) Secundarização da importância da ameaça jihadista; (3) Avaliação estratégica deficiente; (4) Incompatibilização de objetivos e interesses das potências regionais e globais; e (5) Aplicação inadequada de mecanismos diplomáticos.

A diversidade e a diferença metodológica das abordagens analíticas do conjunto das comunicações são reflexo da multidisciplinaridade da formação, identificada mais-valia do curso de pós graduação.

É de inteira justiça agradecer a todo o corpo docente e discente da PG, a sua dedicação, o seu entusiasmo e a sua competência. Gostaríamos, adicionalmente, a propósito da realização da CF, de agradecer à Professora Doutora Maria João Tomás por ter aceite o convite para realizar a sessão de abertura e de destacar o papel desempenhado pela Dr.^a Susana Zarco, o Sr. Embaixador Duarte Jesus e o Sr. Professor Dr. Félix Ribeiro pela permanente disponibilidade e empenho na realização do evento. Uma última palavra de apreço cabe também aos alunos que voluntariamente aceitaram o desafio de prepararem e exporem as presentes comunicações e respetivos textos para publicação, fazendo prova da validade e estímulo deste curso de pós graduação. A todos o nosso obrigado.

Pedrouços, setembro de 2014

Parte I – O CONFLITO DA SÍRIA: O QUADRO GLOBAL

A GUERRA NA SÍRIA¹

Maria João Tomás
Diretora da Casa Árabe
ISCTE-UNL
Lisboa, Portugal

PARTICULARIDADES SÍRIAS

Estima-se que no início do ano de 2011 a população era de 21.906.156 habitantes, sendo 90% árabe-síria, 5,9%, curdos e 4,1% turcos e armênios. Noventa por cento (90%) do total era muçulmana, e desses 74% eram sunitas e menos de 15% eram xiitas. A maioria dos 10% restantes eram cristãos e drusos, e uma pequena comunidade, de cerca de 4500 pessoas, eram judeus sírios. Havia cidades inteiramente cristãs, com ortodoxos e católicos de rito oriental, sendo conhecida por ser um dos países mais tolerantes do Médio Oriente. Talvez por isso, houve cinco Papas de origem síria, e Antioquia foi sede do segundo mais antigo patriarcado cristão, transferido durante a Idade Média para Damasco. Tem uma constituição laica e a aplicação da sharia, bem como o extremismo religioso eram proibidos.

Com a guerra, a Síria ameaça desintegrar-se em pequenos estados, repetindo-se a História, porque em 1920, ainda sob o protetorado francês, fragmentou-se em cinco partes: o Grande Líbano, Damasco, Alepo, Djabal Druza e Alawis. Conseguida a unificação dos últimos quatro estados, em 1924, só quase vinte anos depois, em 1946, a Síria veria reconhecida a sua independência da França.

Os ideais pan-arabistas do partido Baath, e os interesses despóticos da família Assad, diluíram e absorveram estas separações mas com as revoltas da Primavera Árabe, em 2011, depressa se tornaram de novo evidentes. Apesar de tudo ter começado por ser uma revolta da população contra o poder ditatorial, a corrupção, os abusos e a falta de liberdade, tal como na Líbia, Egito e Tunísia, cedo se tornou numa revolta sectária, porque este descontentamento era sentido sobretudo pela maioria sunita do povo. Estes sentiam-se discriminados face à minoria xiita alauita, de onde pertence Bashar al-Assad, e

¹ Esta comunicação foi feita com base nas crónicas da autora para o Diário de Notícias, onde realiza análise de política internacional, geoestratégia e geopolítica: E quando a Síria cair?, 5 de setembro de 2011; A Rússia e a Síria, 20 de fevereiro de 2012; O Líbano e a guerra na Síria, 18 de maio de 2012; O confronto de potências na Síria, 27 de julho de 2012; O princípio do fim da Síria, 2 de novembro de 2012; A vitória da Al-Qaeda na Síria, 22 de março de 2013; O interesse dos EUA na Síria, 6 de setembro de 2013; As guerras por detrás da guerra na Síria, 20 de setembro de 2013; Genebra II, ou a cimeira para gerir a guerra na Síria, 24 de janeiro de 2014; O regresso do pan-arabismo-parte I, 30 de maio de 2014; O Estado Islâmico do Iraque e do Levante/Síria (Shams), ISIS, 27 de junho de 2014.

que controlava, como ainda controla, o Exército, os serviços, a segurança e a economia. Rapidamente, esta revolta sectária teve o apoio das potências regionais. Do lado dos rebeldes ficaram os países sunitas, como o Qatar, a Arábia Saudita e a Turquia, enquanto do lado do regime de Assad, ficaram os países xiitas, como o Irão e o Líbano. Atrás dos primeiros vieram depois os Estados Unidos da América (EUA) e a União Europeia (UE), e dos segundos, a Confederação Russa e a República Popular da China.

O FIM DO “CRESCENTE XIITA”

A revolução na Síria, tal como a da Tunísia, começou com a imolação de um jovem, de seu nome Hasan Hakleh, em 26 de janeiro de 2011, em protesto contra o governo. Seguiu-se o espancamento de um vendedor pela polícia, no mercado de Damasco, em 17 de fevereiro de 2011, e no mês seguinte a prisão de vários rapazes por terem escrito nas paredes “O povo quer derrubar o regime”.

A 15 de Março têm lugar as primeiras manifestações de indignação, espalhadas um pouco por todo o país, reclamando mais direitos civis, reformas políticas e o fim do estado de emergência, que vigorava desde 1963. Estas revoltas foram, tal como as outras das Primaveras Árabes, espontâneas e convocadas via redes sociais. Pouco depois, começaram a ser coordenadas por comités de jovens locais, que nos finais de março organizaram-se em Comitês de Coordenação Locais (CCL).

Em 1 de maio de 2011 o Exército Sírio envolve-se abertamente na repressão, e a 1 de dezembro de 2011 dá-se início a uma guerra civil, que dura até hoje, julho de 2014. A duração e a dimensão desta guerra podem precipitar não só o fim da Síria, mas também do chamado “crescente xiita”, denominação utilizada pelo rei Abdullah da Jordânia para se referir ao alinhamento do Irão, Síria, Líbano e Iraque após a vitória do governo de maioria xiita nas eleições subsequentes à queda de Saddam Hussein. Tony Blair chegou a chamar-lhes o “arco do extremismo”, uma preocupação partilhada pelos EUA, e que teve eco na cimeira da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em Lisboa, com o projeto de criação de um Sistema Europeu de Defesa Antimíssil capaz de neutralizar a ameaça proveniente de Teerão. De facto, este “eixo xiita”, liderado por Teerão, têm sido responsável por ataques e ameaças contra Israel, têm também alianças históricas, bem como lucrativos interesses económicos e energéticos, com a Rússia e a China.

A revolta contra o regime de Bashar al-Assad é um duro golpe nas pretensões destes governos xiitas de controlar o Médio Oriente, e é também um

contributo decisivo para alterar o atual panorama geoestratégico do mundo árabe. A saída de Bashar al-Assad e a mudança de poder para os sunitas, mais de acordo com a maioria da população síria, pode colocar em causa esta hegemonia xiita na região e é potencialmente catastrófica para o Irão, porque impedirá a passagem que este tem para chegar ao Mediterrâneo, além de limitar a ajuda bélica e financeira ao Hezbollah no Líbano, e ao Hamas, na Faixa de Gaza, debilitando por isso a tensão que Teerão exerce sobre Israel. Por outro lado, enfraquecerá quer a Rússia, como a China, que têm nesta parceria, uma forma de conseguirem fazer pressão sobre o Ocidente.

Por outro lado, a queda de Assad e dos xiitas na Síria, dará força ao eixo sunita, liderado pela Arábia Saudita e a Turquia, e que desta forma poderá passar a dominar politicamente o Médio Oriente, permitindo aos americanos não só conservar a mesma influência e hegemonia nesta zona do globo, como até aumentá-la. Israel, por sua vez, ficará mais aliviado com o enfraquecimento do “crescente xiita” porque a pressão nuclear iraniana é atenuada, numa altura particularmente delicada em termos de equilíbrios de poder, e quando se torna a falar no retorno às fronteiras de 1967.

AS FORÇAS NO TERRENO

1. Os rebeldes

O Conselho Nacional Sírio

O Conselho Nacional Sírio, conhecido como CNS, Conselho Nacional de Transição, ou Conselho Nacional da Síria, foi formado 23 de agosto de 2011, em Istambul, na Turquia. Agrupa vários grupos de oposição a Bashar al-Assad, sendo que o mais importante é a Irmandade Muçulmana, perseguida e proibida na Síria durante a ditadura. Inclui também um dos partidos curdos, o Partido do Movimento Futuro, membros do Exército Livre da Síria, da Declaração de Damasco, da Coligação dos Sírios Democráticos e Seculares, do Partido Democrático Sírio do Povo e do conselho Supremo da Revolução Síria.

É composto por uma Assembleia Geral, uma Direção Geral e uma Direção Executiva. Conheceu várias congregações e líderes. O primeiro presidente foi Burhan Ghalioun (29/8/2011 a 10/6/2012), e nunca quis relações com o Comité de Coordenação Nacional para a Reforma Democrática. Foi também muito criticado por ter posições autocráticas e por estar ao serviço da Irmandade Muçulmana. Seguiu-se Abdulbaset Sieda (11/6/2012 a 9/11/2012), curdo, acusado de servir os interesses desta comunidade na Turquia, razão pela qual, o maior partido curdo, o PYD, se recusou juntar-se ao CNS, justificando que este

estaria demasiado controlado por Ancara e por Doha. Veio depois George Sabra (10/11/2012 a 17/1/2013), cristão, ex-comunista, presidente do Partido Democrático Sírio do Povo, estudou nos EUA e esteve preso durante 8 anos.

A ONU reconhece o CNS, bem como o seu governo de oposição no exílio, composto por doze ministros, sendo que o ministro da defesa é, obrigatoriamente, escolhido pelo Exército Livre da Síria. Os EUA não reconhecem este governo.

O Conselho Nacional Sírio inclui também:

a. Declaração de Damasco

A Declaração de Damasco foi constituída em 2005 pela oposição sunita ao governo xiita alauita de Bashar al-Assad.

b. Coligação dos Sírios Democráticos e Seculares

A Coligação dos Sírios Democráticos e Seculares (CSDS) é uma coligação de pequenos partidos de várias etnias e religiões. Liderada por uma mulher, foi responsável pelas grandes manifestações contra Bashar al-Assad em 2011. Defende a intervenção estrangeira.

c. Partido Democrático Sírio do Povo

O Partido Democrático Sírio do Povo, embora alinhado com os ideais comunistas, afastou-se do marxismo-leninismo em 2005. Opõe-se ao partido Baath e defende a democracia do estilo ocidental.

d. Conselho Supremo da Revolução Síria

O Conselho Supremo da Revolução Síria, é um conjunto de comités de jovens, defende uma solução pacífica e sem ingerência externa, embora aceitando ajuda bélica.

Coligação Nacional das Forças da Oposição e Revolucionárias Sírias

A 11 de Novembro de 2012, em Doha, no Qatar, o CNS, os Comités de Coordenação Locais (CCL) e o Exército da Síria Livre (ESL) juntaram-se e formaram a Coligação Nacional das Forças da Oposição e Revolucionárias Sírias (CNFORS).

Comitês de Coordenação Locais

Os CCL foram responsáveis pela organização das primeiras manifestações e greves gerais contra Bashar al-Assad. Começou por ser comandado por uma mulher, Suheir Atassi. Apelava a ações pacíficas de protesto e de desobediência civil e oponham-se a qualquer intervenção militar externa.

Exército da Síria Livre

O ESL é formado por milícias revolucionárias de esquerda e soldados do Exército Nacional Sírio que recusaram a atirar nos manifestantes desarmados durante as manifestações antirregime. Em Outubro de 2011 eram já perto de 10.000 homens. Discordam da intervenção externa e, não têm, nem querem, o apoio do CNS. Em 2012 aceitaram o apoio do al-Nusra.

2. Outros grupos rebeldes

Comité de Coordenação Nacional para a Reforma Democrática

O Comité de Coordenação Nacional para a Reforma Democrática (NCCRD) é uma oposição laica, conotada com a esquerda e com o pan-arabismo. Tem posições antagónicas ao Conselho Nacional Sírio, porque não aceita ajuda militar externa, nem sectarismos. Reconhece o Exército Livre de Salvação.

Comissão Geral da Revolução Síria

A Comissão Geral da Revolução Síria (CGRS) é uma coligação de 40 grupos oposicionistas e comités locais. Apoia a rebelião armada através de conselhos provinciais militares em prol da construção de uma Síria democrática e livre. Recusa colaborar com o CNS e opõe-se à intervenção externa.

Comité de Coordenação Nacional das Forças de Mudança Democrática

O Comité de Coordenação Nacional das Forças de Mudança Democrática (CCNFMD) agrupa um conjunto de partidos de esquerda. Apoia o Exército Livre Sírio e não recebe quaisquer apoios. Rejeita a intervenção estrangeira.

Partido da União Democrática

O Partido da União Democrática, em curdo Partiya Yekîtiya Demokrat, PYD, é um partido político curdo sírio, criado em 2003 por ativistas curdos, no norte da Síria, é composto por alas ligadas a movimentos nacionalistas curdos, nomeadamente ao Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK), que na Turquia é considerado uma organização terrorista. Controla um número de cidades no norte da Síria, perto do Curdistão iraquiano. É proibido pelo regime de Bashar al-Assad, porque a constituição síria em vigor estabelece que os partidos políticos não podem ser de base religiosa, tribal ou étnica. Tem como princípios políticos, o reconhecimento dos direitos culturais, nacionais e

políticos, e defende uma sociedade democrática multicultural. Deseja a autonomia e não a independência do Curdistão sírio.

Em dezembro de 2012 tomaram a cidade de Ras al-Ayn, no noroeste da Síria, em 17 de janeiro os rebeldes sírios tentaram expulsá-los mas em 19 de fevereiro ambos os lados acertaram um cessar-fogo. Nas conversações e cimeiras para a paz na Síria, têm sido excluídos, o que leva a crer que existe uma pressão internacional para os marginalizar, devido às ligações do grupo com o PKK.

3. Os grupos jihadistas e takfirs

A Frente al-Nusra

Dois anos depois do início da guerra da Síria, uma das filiais da al-Qaeda, a Frente al-Nusra, que tem combatido ao lado dos rebeldes na guerra da Síria, auto intitulando-se com os “*mujahedin* sírios”, controlava, em maio de 2014, já uma parte da cidade de Aleppo, bem como o território a leste, perto da fronteira com o Iraque, onde pretende instaurar um estado autónomo, regido pelos seus princípios fundamentalistas islâmicos. São já considerados um fenómeno nacional na Síria, porque dão comida e proteção à população que se queixa de ter sido abandonada pela comunidade internacional.

A Frente al-Nusra foi oficialmente constituída em janeiro 2013, e tal como outros grupos *jihadistas*, jurou a *Baiat* ao líder da Al-Qaeda, Al-Zawihri, que tendo sido aceite, se tornou numa espécie de “franchisado” da organização que Bin Laden fundou. É considerada como sendo “terrorista” pelos EUA e UE mas está indiretamente a receber o seu auxílio, porque as armas fornecidas aos rebeldes sírios vão parar às suas mãos. Pensa-se que terão começado a operar a partir do Iraque, porque muitos dos engenhos explosivos que fabricam têm o mesmo processo artesanal das utilizadas pelos grupos da al-Qaeda que controlam a zona do Iraque que faz fronteira com a Síria. Recebem combatentes vindos de toda a parte do mundo, incluindo norte americanos e europeus, que respondem ao apelo da *jihad* contra Bashar al-Assad, fazendo lembrar os *mujahedin* dos idos tempos da guerra no Afeganistão contra os soviéticos. Têm o sonho de conseguir um estado autónomo na Síria, regido sob os princípios fundamentalistas islâmicos. Suspeita-se também que tenham a ambição de criar uma zona de influência regional no Médio Oriente e já têm células infiltradas em Israel, na Turquia e na Jordânia, onde terão tentado um ataque em Amã, em outubro de 2013, e que foi entretanto desmantelado pelos serviços secretos jordanos.

O ISIS - Estado Islâmico do Iraque e do Levante/Síria (Shams)

O ISIS, ou Estado Islâmico do Iraque e da Síria deriva do Estado Islâmico do Iraque, formou-se logo após a invasão dos EUA e do Reino Unido em 2003, e o derrube do regime de Saddam Hussein em 2004. Surgiu associado à *Shura*, ou Conselho, *Mujahedin*, sendo composto por uma série de insurgentes sunitas, incluindo alguns ligados à al-Qaeda, mas também a outros movimentos *jihadistas*, como os Jaysh al-Fatiheen, Jund al-Sahaba, Katbiyan Ansar Al-Tawhid wal Sunnah.

O seu objetivo era instaurar um califado islâmico, aproveitando o caos instalado no Iraque. Conseguiram controlar a região que faz fronteira com a Síria, afirmando que a sua capital era Baqubah. Dedicavam-se a todo o tipo de contrabando, dominando as entradas e saídas do país nesta zona. Instituíram um regime fundamentalista islâmico e foram responsáveis pela maior parte dos ataques bombistas nas zonas xiitas que mataram milhares de pessoas. Por esta razão são denominados de *takfirs*, ou seja, matam muçulmanos civis só porque os consideram impuros. Juraram também a *Baiat*, ou fidelidade à al-Qaeda, que os aceitou, mas que no início de 2014 os renegou, justificando que não se reviam nos métodos violentos que os membros do ISIS empregam.

Quando começou a revolta na Síria, aproveitaram-se da guerra sectária entre rebeldes sunitas e o poder xiita, para se colocarem do lado dos primeiros, que no início aceitaram de bom grado esta ajuda, visto que tinham poucas armas e meios para combater. Passaram então a intitular-se como ISIS ou Estado Islâmico do Iraque e do Levante/Síria (*Shams*). Nesta mesma altura, países vizinhos do Iraque, nomeadamente a Turquia, a Arábia Saudita, os Emirados Árabes Unidos ou o Qatar, começaram a fornecer armas aos insurgentes, não se certificando a quem estariam a ajudar, se os rebeldes ou os *takfirs* do ISIS. Quando os EUA e a UE decidiram também apoiar, caíram no mesmo erro, e de repente o ISIS era a força mais poderosa a combater na Síria, controlando as cidades de Ar-Raqqá, Idlib e Aleppo. Tal como no Iraque, instituíram estados fundamentalistas islâmicos, protegendo as populações que lá moravam, mas também cometendo atrocidades contra os rebeldes, que começaram a ter de lutar em duas frentes, contra o ISIS e contra Bashar al-Assad. Apesar de em fevereiro de 2014 a al-Qaeda ter-lhes retirado o apoio, o seu poder foi crescendo, bem como o número de *jihadistas* que se lhe juntavam, vindos de todas as partes do mundo, em especial da Europa, por ser mais fácil passar as fronteiras.

SERÁ A GUERRA NA SÍRIA UMA *PROXY-WAR*?

A revolução na Síria, que começou com uma rebelião contra um regime ditatorial, rapidamente se transformou num problema político e económico de grandes dimensões, que perigosamente pode resvalar para uma contenda que extravasa as fronteiras sírias. Mais que uma luta contra o despotismo e pela liberdade, a guerra na Síria tornou-se um conflito de interesses, onde vários atores externos tentam tirar partido de um território estrategicamente colocado no Médio Oriente, com recursos naturais e acesso ao Mediterrâneo, e onde as diferenças étnicas e religiosas são apenas o pretexto para disputar interesses políticos. Atrás das potências da região, que apoiam as duas fações em guerra, estão os grandes interesses mundiais, comandados pelos EUA de um lado, e a Rússia por outro, fazendo lembrar os tempos da bipolarização da Guerra Fria. Por todas estas razões, a guerra da Síria é também um conflito onde as grandes potências mundiais medem forças e influências, fazendo lembrar as denominadas “*proxy war*”.

Na guerra da Síria temos, por isso, o confronto de poder entre dois blocos: de um lado a Rússia, a China e o Irão a escudar o regime de Bashar al-Assad e do outro a Arábia Saudita, Qatar, Turquia e Estados Unidos a ajudar os rebeldes. É claro que os primeiros não apoiam as ações bárbaras que têm sido cometidas, alegadamente, pelas forças do regime, nem os segundos dão suporte, por exemplo, ao atentado terrorista que matou os ministros e o chefe das secretas sírio. Estão em causa interesses internacionais que a Primavera Árabe na Síria, pela sua singularidade estratégica está a levantar, podendo inclusive alterar o equilíbrio de forças mundiais que temos estado a assistir nas últimas décadas.

Às monarquias do Golfo e à Turquia não interessam manter a Síria como bastião do poder xiita, e os EUA que, lucram com a venda de armas aos rebeldes, interessa-lhes o fim do regime de Bashar al-Assad, porque lhes dará mais poder e influência política numa zona dominada pelo Irão e seus aliados. Por parte de Israel, o enfraquecimento sírio é igualmente importante. Apesar de Bashar al-Assad ser um velho inimigo conhecido, a queda do regime enfraquece o Hezbollah, e conseqüentemente o Irão, outro seu velho “adversário”, além de permitir a Israel legitimar a ocupação judaica dos montes Golã. Por outro lado, colocando a hipótese dos grupos *jihadistas* e *takfirs* permanecerem no terreno, também não é preocupante, porque afinal é mais

fácil justificar ações militares contra radicais islâmicos, do que contra seculares, como os do partido Baath.

Do ponto de vista da Rússia e China, a vitória da oposição não é nada favorável. À Rússia é-lhe muito conveniente manter a base de Tartus, na costa Síria, o único porto que permite aos russos navegar em águas internacionais quando o gelo lhe congela as águas e os seus navios não conseguem sair. Para os chineses, este eixo é o seu braço para alcançar a Europa, enquanto para o Irão perderia definitivamente o estatuto de potência regional. Estão também em causa as lucrativas explorações de hidrocarbonetos, os oleodutos e gasodutos com os quais Assad se tinha comprometido com o governo russo e que em muito beneficiam os chineses. Por outro lado, quer para o Irão como para a Rússia, significa limitar a venda do petróleo apenas para a Ásia, acentuando ainda mais a difícil situação económica em que se encontram. Existe também a questão do armamento que a Rússia vende ao regime de sírio, e que neste cenário de guerra é uma importante amostra do potencial da indústria russa de armamento. Se Kadhafi tinha armas soviéticas e perdeu a guerra, não era bom que tal se repetisse com o atual presidente sírio.

Mas a guerra na Síria pode também abrir precedentes que não interessam, qual caixa de Pandora. A Rússia, a China, ou o Irão, não gostam da ideia de uma intervenção americana num país soberano, afinal temem pelas suas fragilidades democráticas. Mas todas, e sobretudo as duas primeiras, também têm graves problemas com regiões separatistas, e não lhes agrada a possibilidade de nascerem novos países no seu vasto território. Ainda é recente, e de má memória, o que se passou após o desmembramento da URSS, e a possibilidade de uma partição da Síria, pode servir de inspiração. Além do mais, quer a província russa da Chechénia, como chinesa de Xinjiang, são dominadas por grupos extremistas islâmicos que podem ganhar visibilidade, e até auxílio bélico.

ESTRATÉGIAS INTERNACIONAIS

Uma ação coordenada da comunidade internacional na Síria, tal como se fez na Líbia para derrubar Kadhafi, tem obviamente contornos e implicações muito diferentes. Qualquer ajuda da OTAN, tal como se fez com os rebeldes líbios, nunca poderia deixar de ter em consideração o elevado poder militar do governo sírio, com armamento sofisticado vendido pela Rússia, bem como as milícias do grupo *Shabiha* lideradas pelos primos de Assad, Fawaz al-Assad e

Munzer al-Assad - e que se crê terem sido responsáveis pelas atrocidades cometidas em Qubair e Houla.

Por outro lado, armar civis acarreta sempre consequências e a Líbia está neste momento a pagar esse preço, com conflitos e insegurança permanentes. O facto de não terem sido retiradas as armas aos rebeldes líbios fez com que as rivalidades tribais acabem geralmente em violência, e haja um florescente mercado de venda ilegal de armamento que ultrapassa largamente as fronteiras líbias e que alimenta guerras e grupos terroristas em África, e equipa grupos sectários um pouco por todo o Médio Oriente.

Tal como na Líbia, deverá também ser evitada a entrada de tropas estrangeiras em solo sírio, sob pena de ser evocada a *jihad* em legítima defesa do território ocupado, tal como fazem os talibãs ou os palestinianos. A Arábia Saudita já incitou a Liga Árabe a fazê-lo mas é uma opção a excluir completamente, sob pena do conflito fratricida na Síria resvalar para uma guerra de consequências imprevisíveis. Se atualmente a Líbia enfrenta a possibilidade de existência de estados federais, na Síria esse cenário pode ser transformado na divisão do país em estados autónomos, até porque os grupos *jihadistas* e *takfirs* estão instalados perigosamente em muitas regiões da Síria e é natural que aumentem a sua influência, sobretudo na falta de poder central, tal como está a acontecer no Iraque.

Por último, lembre-se que, tal como aconteceu na guerra na Líbia, a ajuda bélica enviada, e que serviu para derrubar Kadhafi, está neste momento a fazer parte do arsenal da al-Qaeda no Magrebe Islâmico a operar na guerra do Mali, ou das Brigadas Mulathameen da Argélia, ou ainda dos muitos grupos e melícias que destabilizam atualmente a segurança da Líbia, como é o caso dos Ansar al-Sharia, que reivindicaram o ataque de Bengasi que matou o embaixador norte-americano.

A RÚSSIA E A SÍRIA

As relações entre a Rússia e a Síria datam do tempo da Guerra Fria, de 1971, quando a antiga União Soviética instalou uma base de apoio e manutenção naval em Tartus, na zona costeira do Mediterrânea e perdoou uma dívida de 9,8 bilhões de dólares aos sírios. Em 1980, num tratado de cooperação entre os dois países, Hafez al-Assad, pai de Bashar, tornou-se no representante dos interesses soviéticos no Médio Oriente e passou a ser um seus maiores importadores de armamento, num comércio que ainda hoje se mantêm, valendo

mais de 4 bilhões de dólares para os russos. O exército do presidente sírio está por isso muito bem equipado.

Mas não são só as armas que ligam estes dois países. Outros negócios sustentam uma amizade muito valiosa e lucrativa para ambos os lados e que movimentam mais de dezanove bilhões de dólares. Para além das importações agrícolas, das indústrias de aço e metalomecânica, dos transportes aéreos, a Rússia tem também importantes interesses energéticos na Síria, de exploração e distribuição de gás e de petróleo, com empresas como a Gazprom e na Tafneft. Em parceria com a companhia de Gás Síria, estão concluídos, e em funcionamento, o gasoduto Árabe e estações de exploração e tratamento de gás, quer a sudeste onde se encontram os maiores campos de hidrocarbonetos sírios, como no centro, uma zona ainda numa fase mais inicial de exploração. No que toca à exploração petrolífera, que teve o seu grande impulso em 2007 quando se descobriram jazidas consideráveis para atrair investimentos estrangeiros, quer russos como britânicos, estão também localizadas na mesma zona, mas não são tão atrativas como as de gás, sobretudo depois das sanções impostas à Síria desde o início da rebelião. De qualquer forma, estes investimentos russos são razões mais do que suficientes para que o Presidente russo, Vladimir Putin, não queira que o seu parceiro de negócio saia do poder.

IMPLICAÇÕES REGIONAIS

O Líbano

A nível regional, a guerra na Síria ameaça extravasar as fronteiras e alastrar-se aos países vizinhos. No Líbano os confrontos entre sunitas e xiitas têm sido uma constante. Em Trípoli, no Líbano, xiitas *alawitas*, pertencentes à mesma comunidade religiosa de Bashar al-Assad, e sunitas, apoiantes da oposição ao regime sírio, confrontam-se, reavivando velhos conflitos sectários, que podem desencadear um processo difícil de controlar.

O Líbano é dos poucos, e mais antigos, países do Médio Oriente com um democracia parlamentar. Com um percurso político acidentado, com alterações sucessivas à constituição, e algumas guerras civis pelo meio, deveria no entanto ficar à margem das revoltas da Primavera Árabe. Mas desde 2011, quando começou a revolução na vizinha Síria, que se têm verificado, um pouco por todo o país, conflitos entre as duas comunidades mais populosas, os xiitas e os sunitas, avivando também um conflito antigo entre os dois países, que criou várias fraturas internas no Líbano com a ingerência política e a presença militar da Síria, que terminou em 2005 com a Revolução dos Cedros, com toda a

população libanesa unida num grande movimento de coesão nacional. Estes conflitos sectários em Trípoli, que já causaram vários mortos e que mantêm a cidade em constante tensão, reabrem velhas feridas temendo-se que a guerra da Síria se estenda para além das suas fronteiras, criando um conflito com dimensões regionais, até porque o Líbano, pertence ao chamado “eixo xiita” controlado pelo Irão, e também faz fronteira com Israel, que por sua vez já veio dizer está preocupada com a aproximação da guerra aos Montes Golã.

Mas a política interna do Líbano também não ajuda, porque assenta num equilíbrio muito instável. A contínua chegada ao Líbano de fluxos de refugiados sírios, e a entrada e permanência clandestina, mas sobejamente conhecida, dos opositores a Bashar al-Assad que utilizam várias cidades fronteiriças libanesas como refúgio e apoio, colocam o governo libanês numa difícil situação. O primeiro-ministro, que é sunita, sabe e faz vista grossa, mas a população xiita revolta-se e chega a denunciar a presença dos ativistas aos militares que depois perseguem os ativistas sírios. Por outro lado, a constante abordagem às costas libanesas de navios com armas e munições com destino aos exército sírio de libertação faz aumentar ainda mais a pressão, até porque a Liga Árabe já veio afirmar que o Líbano deveria apoiar ativamente a rebelião na Síria. Este aviso acarreta uma mensagem subliminar, porque o Líbano necessita dos Estados do Golfo para manter a sua economia e sabe que se não o fizer, terá uma difícil crise económica para resolver.

Por outro lado, o Hezbollah, também não tem a tarefa facilitada, porque um dos seus principais apoiantes, o chefe da comunidade drusa, Walid Jumblatt, já fez saber que está contra Bashar al-Assad.

O Líbano tem um difícil equilíbrio pela frente. O conflito sectário que se está a viver na Síria pode facilmente contagiar o Líbano, reabrindo velhas feridas e alastrar para um conflito regional de dimensões difíceis de prever.

A Turquia

Na Turquia existem mais de cento e cinquenta mil refugiados e muitos nem uma tenda têm para se abrigar. Acresce-se os encargos económicos do acolhimento de tantas pessoas, que destabilizam a economia de qualquer país, mesmo da florescente Turquia. Por outro lado, têm aparecido muitos conflitos sectários entre os sírios que procuram ajuda e as populações que os recebem, abrindo brechas sociais que pareciam há muito esquecidas, e que ninguém quer reviver, como no Líbano. O descontentamento tem sido tal, que os turcos têm saído à rua exigindo que o primeiro-ministro turco, Recep Tayyip Erdogan, não

ceda a pressões para entrar numa guerra aberta com a Síria, relembrando a velha máxima de Atatürk de “uma Turquia com zero conflitos com os vizinhos”. Ainda a difícil questão dos Curdos, que sabiamente têm aproveitado a guerra na Síria em seu favor, e em diversas regiões ao longo da fronteira com a Turquia, após a retirada das tropas de Bashar al-Assad, têm hasteado as bandeiras curdas sírias e turcas, o que muito irrita o governo de Ancara que teme não só a proximidade entre os dois partidos, como a possibilidade da criação de uma região autónoma curda na Síria, aproveitando o caos da guerra.

O Iraque

O Iraque está também a sofrer consequências diretas da guerra na Síria. Recentemente, o ISIS começou a alargar a sua área de influência dentro do Iraque, controlando a segunda cidade mais populosa, Mosul e ameaçando entrar na capital, Bagdad. A surpresa do ataque, e do avanço, levou a que se falasse numa insurgência sunita contra o estado xiita mas, como se pode ver pelo historial do grupo, o que está em causa é muito mais do que isso, é uma luta desenfreada pelo poder, pela instauração de um califado islâmico ligando parte da Síria e do Iraque, mas também a posse dos poços de petróleo, aproveitando a desordem que se vive na região.

É fácil culpar o primeiro-ministro iraquiano Nour al-Maliki, pela sua política de favorecimento à população xiita, mas também é óbvio acusar quem criou o caos no Iraque, com a invasão em 2004, em nome de uma democracia que tarda em ser aceite e implementada. É claro que na altura, tal como agora, o que está em causa é a posse e a exploração do ouro negro que, no Iraque, é dos mais puros.

AS QUESTÕES HUMANITÁRIAS

Os mais afetados com a guerra na Síria são, obviamente, os sírios. Excluídos perante os interesses externos em jogo neste tabuleiro de xadrez, já morreram, desde o início do conflito, cento e trinta mil pessoas e há nove milhões e meio de deslocados e refugiados que lutam para sobreviver à guerra, à fome, às doenças, e também à neve e ao frio. Os países de acolhimento já não conseguem fazer mais, e os sírios, sem nada, fazem tudo o que podem para ter comida e segurança, acabando como vítimas de tráfico humano ou escravos sexuais, chegando a pagar exorbitâncias para conseguirem chegar à Europa, e muitos ficam pelo caminho.

A ajuda humanitária, por seu lado, em vez de abnegada, é um lucrativo comércio de produtos de primeira necessidade, que raramente chegam ao seu destino. O tráfego de seres humanos é igualmente muito rentável, porque milhares de pessoas sem identificação depressa adquirem a mais conveniente, ou simplesmente desaparecem para trabalhar em regime de escravatura ou então são vendidas para o comércio sexual, tal como tem sido largamente denunciado pelas organizações de defesa dos direitos humanos.

No aspeto económico, a situação também é preocupante para a região do Médio Oriente. Longe vão os tempos de paz e dos lucrativos negócios que se faziam com a Síria. Tirando o comércio bélico, ou o fornecimento de gás e de petróleo, toda a economia regional está afetada com esta guerra, e a instabilidade que se vive também não ajuda ao comércio da região com o exterior.

O PROBLEMA DO JIHADISMO

Neste caos de poder que se gerou na Síria, os oportunistas foram ocupando o vazio. Os *ihadistas* aproveitaram-se da fraqueza dos rebeldes e do desamparo da população síria para se irem instalando. Primeiro diziam que queriam ajudar a tirar Bashar al-Assad do poder, e enganaram todos os que neles acreditaram, alargando uma campanha violenta, em nome da constituição de um estado islâmico extremista que já está instalado entre a Síria e o Iraque, tendo sido também eles os responsáveis pelos ataques bombistas suicidas nos bairros do Hezbollah, em Beirute, no Líbano. A crescente influencia dos grupos *ihadistas* na Síria é preocupante, não só internamente, mas porque estão às portas da Europa, estão organizados, muito bem armados e não correm riscos, porque estão dispostos a morrer pela causa em que acreditam.

Bashar al-Assad pode continuar a afirmar, e com razão, que combate terroristas *ihadistas* que lhe estão a ocupar o seu país. É necessário que se reveja a política de auxílio aos rebeldes sírios. Jonh Kerry veio dizer que as armas que os Estados Unidos estão a fornecer “de certeza que não vão cair em mãos erradas”, mas o controlo não existe.

O avanço do ISIS, em 2014, às portas da Europa, é preocupante, porque mostra a impunidade com que um grupo de terroristas, em nome da religião, comete as maiores atrocidades, para conseguir lucrar política e economicamente. Especula-se também se não será uma manobra de alguns países, como a Arábia Saudita, o Qatar, a Turquia, ou os EUA para enfraquecer o Irão e o poder xiita que, na Síria, está a recuperar território. Mas caso assim

seja, é um jogo demasiado perigoso porque este grupo já provou que apenas quer ter poder e petróleo, e facilmente arranjará desculpas para fazer o mesmo nos países que agora o ajudam.

CONCLUSÃO

Três anos passados do início do conflito, e depois de todos os esforços e conversações que se têm feito em Genebra e noutras cidades, que mais parecem reuniões para protelar o conflito, pode finalmente equacionar-se a possibilidade de acabar com a guerra na Síria.

A vitória de Bashar al-Assad, em junho de 2014, nas terceiras eleições presidenciais em mais de cinquenta anos, pode muito bem ser a solução - lembre-se que os outros mandatos foram conseguidos por intermédio de referendos simples, e que este pode ser renovado da mesma forma por mais sete anos. Com apenas dois rivais, escolhidos pelos deputados da assembleia, este sufrágio contou com mais de quinze milhões de inscritos, teve onze mil urnas instaladas em todo o país, mais de trinta e oito espalhadas por várias embaixadas em todo o mundo para permitir a votação dos que fugiram do país. Sendo certo que estas eleições foram uma grande farsa, podem ser a solução para o fim deste conflito, apesar da comunidade internacional não parecer ter vontade de lhe pôr um fim. Se por um lado a indústria de armamento precisa de escoar os seus produtos, os países que os fabricam têm a necessidade de mostrar que têm tecnologias inovadoras, até porque os últimos tempos têm sido prodigiosos no aparecimento de novos conflitos e a Síria é um belíssimo local para testar os novos materiais.

Embora Assad não esteja minimamente interessado na população, mas antes em manter e legitimar o seu poder, as potências que o apoiam, o Irão, a Rússia e a China, reforçam, com esta vitória, o direito à não interferência externa na soberania de um país, que sempre têm defendido, e tantos problemas lhes têm causado a nível interno. Deste modo, também asseguram as suas posições geoestratégicas de aliados do regime, permitindo-lhes não estarem isolados da Europa, nem longe do Mediterrâneo.

Será muito difícil contestar Assad, depois das últimas eleições farsadas a que temos assistido ultimamente. Era bom que a Turquia visse que lhe era muito benéfico um possível fim desta guerra, dada a contestação interna que não para de crescer ao regime de Erdogan, e que nem o recente sufrágio municipal, que deu uma vitória de noventa por cento do eleitorado ao seu partido, conseguiu apaziguar. Para as monarquias do Golfo seria também

favorável, porque permitiria a emergência de um Médio Oriente que parece querer afirmar-se como bloco regional, e não apenas como um mandatário de interesses externos, económicos e energéticos dos americanos, russos e chineses.

Para a UE seria também benéfico, não só pela quantidade de conflitos cada vez mais perto das suas fronteiras, bem como pelo resultado das eleições europeias que dão voz a extremismos adormecidos há muito, e que facilmente poderão ser inflamados, e contagiados, pelas disputas étnicas e religiosas em guerra na Síria.

Resta os EUA, só lhes interessa a saída Bashar al-Assad do poder, porque assim conseguiram isolar e afastar Putin do Médio Oriente, que continua a ganhar terreno a Ocidente com o seu novo projeto da Eurásia, e que tanto trabalho tem dado aos americanos a destruir, com a integração na OTAN dos países do antigo Pacto de Varsóvia.

A reeleição de Assad, e reafirmação do seu partido pan-arabista Baath, longe de ser a solução ideal para a guerra na Síria poderá ser o princípio de um fim possível, que embora não corresponda aos anseios de liberdade e democracia do povo, poderá trazer a estabilidade, a paz e a unidade que os sírios merecem, e desejam. É também a afirmação de uma política de não intromissão externa nos assuntos internos dos países do Médio Oriente, que têm sido manipulados por outras grandes potências interessadas nos seus recursos energéticos e na sua posição geoestratégica.

Infelizmente a Síria é muito mais que um “Inverno Árabe”, poderá ser mesmo um “Inferno Árabe”. É sobretudo um sério aviso a qualquer outra “Primavera” do Médio Oriente para não se atrever a fazer o mesmo que os sírios e a destabilizar a ordem pré estabelecida, sobretudo em países que, pela sua localização geoestratégica, podem alterar o equilíbrio regional, e até mundial.

Caldeamento de religiões, etnias e tribos, a Síria manteve-se unida por causa das ditaduras dos regimes de Hafez e Bashar al-Assad.

Bibliografia

- Ahmed, S., 2012. *Reform and Modernity in Islam*. London: Tauris.
- Ajami, F., 2012. *The Arab Spring at One. A year of Living Dangerously*. Foreign Affairs, March/April, 56-65.
- Aswany, A., 2011. *O Estado do Egito*. Lisboa: Quetzal.
- Bokhari, K., 2012. *Voices of Jihad*. London: Tauris.
- Brown, N. & Hamzawy, A., 2012. *The Egyptian Muslim Brotherhood Islamist Participation in a Closing Political Environment*. Carnegie Papers, Exploring the Gray Zones; Middle East Series; Number 19. [em linha]. Disponível em http://carnegieendowment.org/files/muslim_bros_participation.pdf
- Brown, N. & Hamzawy, A., 2006. *Islamists Movements and the democratic process in the Arab World*. Carnegie Papers, Exploring the Gray Zones; Middle East Series; Number 67. [em linha]. Disponível em http://www.carnegieendowment.org/files/cp_67_grayzones_final.pdf,
- Dalacoura, K., 2001. *Islamist Movements as Non- state Actors and their Relevance to International Relations*. New York: Palgrave Macmillan
- Josselin, D. & Wallace, W., 2001. *Non-state actors in world politics* Basingstoke. New York: Palgrave Macmillan.
- Eibl, F., 2012. *The party of authenticity and modernity: trajectory of a political dues ex machine*. The Journal of North African Studies, January, 45-66. Cambridge: Routledge.
- Faris, D., 2012. *Dissent and Revolution in a Digital Age*. London: Tauris.
- Gerges, A., 2011. *The rise and fall of Al-Qaeda*, New York: Oxford University Press.
- Halliday, F., 2003. *Islam & the Myth of Confrontation: Religion and Politics in the Middle East*. London: Tauris.
- Haugbolle, R. & Cavatorta, F., 2012. *Vive la grande famille des médias tunisiens: Media Reform, authoritarian resilience and societal responses in Tunisia*. The Journal of North African Studies, January, 67-96.
- Hellmich, C., 2011. *Al-Qaeda: from global network to local franchise*. London: Fernwood Publishing.
- Hibou, B., 2011. *The force of obedience: the political economy of repression in Tunisia*. Cambridge: Polity Press.
- Jackson, R. & Smyth, M., 2009. *Critical Terrorism Studies: A new research agenda*. Cambridge: Routledge.

- Leiken, R. & Brooke, S., 2007. *The Moderate Muslim Brotherhood*. Foreign Affairs. [em linha]. Disponível em <http://www.foreignaffairs.com/articles/62453/robert-s-leiken-and-steven-brooke/the-moderate-muslim-brotherhood>.
- Lyman, P., 2004. *The Terrorist Threat in Africa*. Foreign Affairs 83, January/February, 75- 86.
- Lynch, M., 2012. *The New Salafi Politics, Arab Uprisings*. POMEPS Briefings, Number 14. [em linha]. Disponível em <http://www.pomeps.org>.
- Mobrouk, M., 2011. *A revolution for dignity and freedom: Preliminary observations on the social and cultural background to the Tunisian revolution*. The Journal of North African Studies, December, 625-637. Cambridge: Routledge.
- Oweidat, N., 2008. *The Kefaya Movement, A Case Study of a Grassroots Reform Initiative*. RAND Corporation. [em linha]. Disponível em <http://www.rand.org/pubs/monographs/MG778.html>.
- Pace, M., 2011. *Europe, the USA and political Islam: strategies for engagement*. London: Palgrave Macmillan.
- Pargeter, A., 2013. *The Muslim Brotherhood. From opposition to power*. London: Saqi Books.
- Pasha, T., 2012. *Islamists in the Headlines*. London: Tauris.
- Ramadam, T., 2012. *L'Islam et le Reveil Arabe*. Paris : Presses du Châtelet.
- Tadros, M., 2012. *The Muslim Brotherhood in Contemporary Egypt: Democracy Redefined or Confined?*. London: Routledge, London.
- Tamini, A. & Ghannouchi. R., 2001. *A Democrat within Islam*. Oxford: Oxford University Press.
- Tammam, H., 2006. *The transformation of Muslim Brotherhood*. Cairo: Maktabat Moubouli.
- Terje, O., 2012. *Localising Salafism: religious change among Oromo Muslimd in Bale, Ethiopia*. Boston: Leiden, Boston.
- Tomás, M. J., 2013. *Da Primavera ao Inverno Árabe, Temas e Debates*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Thomson, A., 2009. *Islamic Republic of Iran, Understanding the Origins and Failure of 2009 Post Election Process*. 16-17. [em linha]. Disponível em <http://nzpsa.files.wordpress.com/2008/11/amy-thomson-paper.pdf>.

Parte II – DINÂMICAS SECURITÁRIAS DO CONFLITO

AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA

Rita Villaverde (Coord.)

Vânia Vincent

Renata Alves

Gustavo Boto

Alunos do I Curso de PG-GDS

Instituto de Estudos Superiores Militares

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Lisboa, Portugal

NOTA INTRODUTÓRIA

A República Árabe da Síria¹, sob regime autoritário, tem como lema "Unidade, Liberdade e Socialismo". Possui uma superfície de 185 mil km² e 23 milhões de habitantes². Faz fronteira com a Turquia, o Líbano, o Iraque, Israel e a Jordânia. O território como o conhecemos atualmente foi criado através de um mandato francês, mas só obteve a sua independência como república parlamentar em abril de 1946. Desde esse momento e até ao ano de 1970, o país viveu em clima de profunda instabilidade, marcado por inúmeros golpes militares, para isso muito contribuindo a sua marcada diversidade religiosa.

O Presidente em exercício é Bashar Al-Assad, filho de Hafez Bashar Al-Assad, que chegou ao poder através de um golpe de Estado e governou os destinos do país durante trinta anos. Verificam-se proibições tais como serem criados partidos de oposição, e a participação de qualquer candidato opositor em eleições.

Economicamente a Síria é um verdadeiro exemplo de um Estado com forte ligação entre a política e a economia, não havendo um único aspeto que não seja regulamentado pelo critério e aparelho públicos. O setor do petróleo destaca-se; contudo, há problemas estruturais como o desemprego na ordem do 18% e a inflação.

A avaliação estratégica do conflito tem, obrigatoriamente, que ter em conta alguns dos aspetos anteriormente referidos. O ambiente estratégico que iremos, sumariamente, caracterizar irá focar-se em três pilares de análise:

- Os Fatores-chave do conflito;
- O Ambiente Estratégico Externo: A Comunidade Internacional;
- O Ambiente Estratégico Interno: Os Centros de Gravidade (CoG) dos atores em confronto.

¹ A fim de agilizar a leitura, referimo-nos ao país apenas por Síria.

² Valor anterior ao conflito.

Faremos ainda uma incursão pelo Direito Internacional e o Ambiente Informacional no conflito da Síria.

FATORES-CHAVE

Apurámos cinco fatores-chave locais/regionais possíveis, isto é, acontecimentos e/ou circunstâncias com repercussões estratégicas no cenário sírio:

Fator-chave (Estado atual ou tendência)	Dedução (Qual a importância do fator)	Conclusão (O que pode ou deve ser feito)
1. A influência do fenómeno das revoltas da Primavera Árabe.	“Efeito Dominó”.	Comunidade internacional deve controlar, conter ou influenciar as consequências evitando a criação de mais um Estado Falhado/vazio de poder.
2. Conflito de interesses entre potências regionais e globais.	A manutenção de Bashar Al-Assad no poder. Conflito persistente. Impasse diplomático prolongado.	Redefinir as relações no Médio Oriente ao reforçar os esforços diplomáticos para evitar a escalada do conflito e obter a paz. Conseguir compromissos para uma transição pacífica e segura do poder na Síria.
3. Ditadura às mãos de uma minoria étnica.	Descontentamento e marginalização da maioria da população. Regime com elevada falta de representatividade abrindo espaço para o surgimento de outras estruturas infranacionais de maior representatividade que disputam o poder.	Transição para um modelo de governação que garanta a adequada representatividade, justiça, tolerância e inclusão. Equacionar uma intervenção nos termos da <i>Responsibility to Protect</i> .
4. Crescimento da oposição (em número e em natureza) ao Regime Sírio. Presença de jihadistas extremistas.	Maior dificuldade em obter compromissos diplomáticos. Associar o conflito a objetivos jihadistas que ultrapassam as fronteiras da Síria. Perigo de utilização de armas químicas.	Garantir compromissos de não-ingerência/apoio externos. Evitar o crescimento e conter os movimentos jihadistas nos países da região. Garantir mecanismos atrativos ou coercivos de controlo de armamento químico.
5. Agravamento da crise humanitária.	Campos de refugiados podem constituir-se como fontes de recrutamento dos	Maior atenção à Síria nos fora internacionais.

Fator-chave (Estado atual ou tendência)	Dedução (Qual a importância do fator)	Conclusão (O que pode ou deve ser feito)
	movimentos rebeldes. Aumento da criminalidade organizada. Aumento da polarização do conflito.	Melhorar o apoio humanitário (bens essenciais e segurança).

Tabela 1 – Fatores-chave do conflito da Síria

Fonte: Autores

Da análise global do quadro 1 poderemos inferir que os diversos fatores são fortemente dinamizados por dinâmicas da Globalização, da Diplomacia e da Segurança. As “forças motrizes” de cada um dos fatores poderão ser os que a seguir se apresentam:

# Fator-chave	Força Motriz do fator
1	Dinâmicas de Globalização
2	Dinâmicas Diplomáticas
3	Dinâmicas Securitárias
4	Dinâmicas Securitárias
5	Dinâmicas Securitárias

Tabela 2 – Fatores-chave do conflito da Síria e a relação com as dinâmicas de Globalização, Diplomacia e Segurança

Fonte: Autores

A todas as dinâmicas se associam disputas de poder (fontes ou exercício) colocando todos os fatores-chave no domínio do fenómeno estratégico, isto é, no campo da dialética de oposição de vontades.

O AMBIENTE ESTRATÉGICO EXTERNO

A Comunidade Internacional

Ao analisarmos ao pormenor o conflito atual na Síria, rapidamente percebemos que existe uma multiplicidade de atores de natureza estatal, e que todos têm os seus próprios interesses, nem sempre convergentes.

Podemos subdividir os atores de gênese estatal em três categorias, a saber: (1) Regime; (2) Oposição ao regime; (3) Apoio ao regime. Na segunda categoria encontramos a Arábia Saudita, os Estados Unidos da América (EUA), a Turquia, a Liga Árabe e a União Europeia (UE). Os atores apoiantes do regime são, por exemplo, o Egito, o Irão e a Rússia. Os objetivos, declarados ou não-declarados, destes atores, são expostos nas tabelas seguintes:

Atores	Objetivos
Irão	Afirmar-se como potência regional. Defesa do xiismo e consolidação da influência regional.
Rússia	Renascer enquanto superpotência. Aumentar a sua influência regional defendendo os seus interesses estratégicos que possuem ambições militares, geopolíticas e económicas globais. Defender o princípio de não-ingerência nos assuntos internos de países terceiros. Impedir alastramento de radicalismo islâmico.

Tabela 3 – Objetivos dos atores estatais apoiantes do Regime Sírio

Fonte: Autores

Atores	Objetivos
Arábia Saudita	Afirmar-se como representante sunita e “vencer” a influência do seu rival xiita (Irão).
EUA	Evitar um efeito de contágio no Iraque. Acalmar os receios securitários do aliado israelita. Não perder influência na região a favor da Rússia. Opor-se aos interesses estratégicos da Rússia. Democratização da região.
União Europeia	Ter uma Turquia estável e evitar problemas no Mediterrâneo Oriental. Evitar a transformação do conflito para um de natureza transnacional de cariz jihadista alastrando a outros países do Norte de África. Promover uma transição pacífica, inclusiva e democrática, conduzida pelo povo sírio. Democratização da região.
Turquia	Afirmar-se como uma voz relevante no mundo muçulmano. Conter as aspirações de autonomia dos curdos. Afastar a instabilidade das suas fronteiras. Manter intactas as suas aspirações de aproximação à UE e de produtor de segurança no seio da OTAN.

Atores	Objetivos
Liga Árabe	Manter forças externas à região fora da Síria. Impedir que o conflito se transforme numa “Guerra Árabe”.

Tabela 4 – Objetivos dos atores estatais de oposição ao Regime Sírio

Fonte: Autores

Um olhar atento a tabela 3 permite-nos retirar a ideia de que os apoiantes do Regime são atores que tentam emancipar-se no panorama regional ou que ambicionam reganhar a importância global que perderam, sendo por isso possível compatibilizar as suas agendas estratégicas que, dada a diferença de alcance, não conflituam. A compatibilização das agendas estratégicas dos atores que se opõem ao Regime Sírio afigura-se mais difícil criando problemas de cooperação e de definição de linhas de ação estratégicas convergentes. Para além deste aspeto há que acrescentar a perda de *Soft Power* dos EUA e da UE para liderar ou impor soluções diplomáticas aceites pela maioria dos atores intervenientes.

Julga-se que existe, igualmente, uma certa dose de incerteza quanto às linhas estratégicas a adotar em função dos acontecimentos, caóticos e imprevisos, que se seguiram às intervenções no Iraque e na Líbia e que se sucederam às Revoltas Árabes. A Comunidade Internacional encontra-se, de momento, numa encruzilhada.

O AMBIENTE ESTRATÉGICO INTERNO

Os Centros de Gravidade dos atores em confronto

No território sírio confrontam-se um elevado número de atores que podemos, genericamente, agrupar em 2: (1) o Regime; (2) os Grupos Rebeldes.

Estes atores foram alvo de uma investigação mais aprofundada em que se destaca a análise dos seus Centros de Gravidade (CoG). A importância de tal análise resulta do facto das Opções de Resposta (política, militar, económica e/ou informacional de *soft* ou *hard power*) para a crise, deverem ser definidas para atingirem os Centros de Gravidade (CoG) dos atores em confronto. As referidas Opções de Resposta (OdR) são linhas de ação estratégica que visam atingir o CoG (algo tangível ou intangível) donde emana o poder do ator nos

planos interno e externo. O CoG pode ser uma característica, uma capacidade ou local dos quais derivam as opções, a força ou a vontade.

Bashar Al-Assad personifica o Regime e é, sem dúvida, a peça chave de todo este conflito. Nasceu em Damasco a 11 de setembro de 1965, sendo filho de Hafez Bashar Al-Assad. O facto de ser o segundo filho permitiu que até à morte do seu irmão mais velho e herdeiro político, em 1994, não estivesse na vida política ativa. Esse afastamento deu-lhe a oportunidade de em 1988 concluir formação em Medicina, assim como de realizar uma Pós-Graduação em Oftalmologia no *Occidental Eye Hospital*, em Londres.

Forçado a regressar ao seu país, ingressou na Academia Militar, assumindo posteriormente o comando da ocupação da Síria no Líbano no ano de 1998. No ano 2000 é nomeado Secretário-geral do Partido Baath, cargo que mantém.

Bashar Al-Assad e a sua equipa têm desenvolvido uma excelente campanha de marketing pessoal, utilizando de forma brilhante as redes sociais. Esta utilização é um dos fatores que contribuem para que se mantenha no poder. A liderança carismática do chefe-de-Estado sírio vai muito além da política, havendo uma celebração eminentemente religiosa da sua pessoa e família.

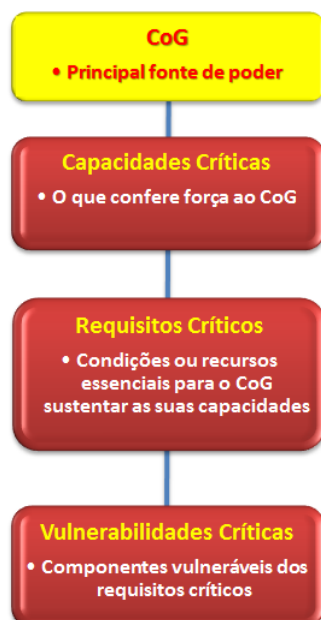


Fig. 1 – Constituintes do CoG

Fonte: Autores

Bashar Al-Assad é o CoG do Regime Sírio. As Capacidades Críticas (CC) são as Forças Armadas (FFAA) Sírias, os apoios da Rússia e do Irão e a Imagem externa e interna de credibilidade e de cooperação. Os seus Requisitos Críticos (RC) passam pela fidelidade e lealdade das FFAA, pela manutenção do alinhamento estratégico com a Rússia e com o Irão e pelo cumprimento do acordo para a destruição de armas químicas. As suas Vulnerabilidades Críticas (VC) são: (1) a disponibilidade, intensidade e liberdade de ação do apoio da Rússia; (2) o facto de pertencer a uma minoria, realidade que lhe retira representatividade (interna e externamente), tornando a sua liderança excessivamente dependente de lealdades e fidelidades de um grupo restrito. Estas lealdades e fidelidades poderão ser colocadas em causa num cenário de pré-derrota, tornando difícil a mobilização das elites ou de massas populacionais de apoio para recuperar o posicionamento.

O segundo ator alvo da nossa especial análise é o conjunto dos Grupos Rebeldes (GR). Não existem dados concretos e os existentes são por vezes contraditórios, mas estimava-se que os GR sejam constituídos por mais de 120 mil membros³, divididos em cinco grandes grupos.

Cerca de 50 mil pertencem ao “Exército da Síria Livre” – uma coligação de cerca de três dezenas de brigadas rebeldes. Já a Frente de Libertação Síria, constituída por cerca de duas dezenas de brigadas, tem cerca de 37 mil membros. Uma outra constituída por 11 brigadas, a Frente Islâmica Síria tem cerca de 13 mil membros. Devemos ainda acrescentar os cerca de 15 mil membros de outros grupos, onde se incluem 9 brigadas curdas da *People's Protection Units* (YPG) e, finalmente, 6 mil membros na Jabhat al-Nusra, um grupo jihadista próximo da Al-Qaeda. É de relevar o apoio que estes GR recebem do Qatar e da Arábia-Saudita.

A existência de uma oposição armada levanta desafios que se podem resumir às seguintes perguntas:

- a. Bastará a destituição de Assad e a democratização do regime, ao ponto de legalizar politicamente a oposição, para que os insurretos abandonem a faceta belicista?
- b. Ou constituirá o potencial permitido pela disposição e treinamento de utilização das armas um elemento não descartável aquando da prossecução de agendas políticas próprias?

³ Disponível em <http://www.graphicnews.com/index.php>, [Consult. 28Jul. 2014]

A multiplicidade dos GR, a suas naturezas diferenciadas, os seus objetivos separatistas e conflituais tornam as respostas às perguntas acima referidas extremamente difíceis.

Apesar da sua diferenciação é possível caracterizar o CoG do conjunto de GR, algo que interessa significativamente ao Regime de Assad e à Comunidade Internacional. O CoG do conjunto de GR é a sua campanha violenta na medida em que é esta o veículo mediático de projeção dos seus intentos à escala nacional e internacional. A campanha violenta é um instrumento importante de atrição psicológica e material sobre o Regime de Assad e seus apoiantes. É também esta campanha que lhe confere poder negocial com os seus aliados, apoiantes e inimigos. Consideramos, por tudo isto, que as CC do CoG dos GR são os apoios externos (armamento, financiamento, diplomático, etc.) e o recrutamento. Os seus RC são o alinhamento estratégico com as potências que se opõe ao Regime, ao Irão e à Rússia, a mobilização ideológica e motivacional e, por último, o controlo de parcelas de território. Estas parcelas de território constituem-se como santuários, são elementos fundamentais da estratégia psicológica e permitem exercer a sua autoridade, substituindo o poder do Regime na proteção das populações. As VC são a falta de organização e de coesão do conjunto de GR que vai inviabilizando a construção de uma frente comum de combate ao regime e que dispersa e “trava”, igualmente, o apoio externo. Outra das VC são os níveis de descontentamento da população que ditará a sua adesão à causa e à campanha violenta dos GR.

Não sendo, naturalmente, consensual a caracterização dos CoG dos atores em confronto pensamos que se constitui como algo importante a ter em conta na definição das OdR da Comunidade Internacional. Sendo estes ou outros os CoG dos atores em confronto, o relevante é adotar ações estratégicas que visem “atacar” ou “proteger” as Vulnerabilidades Críticas. Cabe a quem está em confronto e à Comunidade Internacional decidir o que ataca o que protege a fim de salvaguardar interesses e atingir objetivos, que serão quase sempre conflituais.

O DIREITO INTERNACIONAL E O CONFLITO SÍRIO

Segundo a Convenção de Genebra II, não há elementos reunidos para que se considere estar em curso uma guerra civil na Síria. Em resultado, a

comunidade internacional carece de legitimidade para intervir, ao considerar-se que não seria ética nem lícita uma ingerência nos assuntos internos do Estado Sírio além do suporte de ajuda humanitária. Em rigor, parece tratar-se de um conflito não-internacional; e todavia, afigura-se pelas suas graves consequências ao nível regional como situação à qual se aplicariam diversas disposições consagradas no Direito Internacional.

Os principais problemas gerados pela situação de conflito armado entre o presidente sírio e os vários grupos rebeldes são de carácter humanitário. Os defensores de uma perspectiva intervencionista apontam as flagrantes violações dos Direitos Humanos dos cidadãos do país no que diz respeito à preservação da dignidade pessoal e integridade física, mas também à liberdade de expressão – conforme se vê pelo exercício pobre dos direitos cívicos e políticos.

As eleições presidenciais de 2014 são um dos principais pontos de discórdia ao nível legal. Os EUA, a UE e o Conselho de Cooperação do Golfo não reconhecem a sua validade, tendo considerado não estarem reunidas as condições necessárias à realização do escrutínio. Os argumentos apontados são: o elevado número de refugiados fora do país, mesmo tendo as votações nas embaixadas sírias começado dias antes de se iniciarem em território nacional; o facto dos eleitores residentes nas zonas sob controlo dos curdos e dos rebeldes não terem podido votar; suspeitas de fraude por parte do Governo Sírio.

Os resultados apresentados deram a vitória a Bashar al-Assad, com 88,7% dos votos (partido Baath); o segundo mais votado foi o candidato Hassan Al-Nouri (4,3% - NIACS⁴) e por fim o independente Maher Hajjar, com 3,2% dos votos⁵. Estiveram presentes observadores de 30 países, entre os quais vários legisladores e dignitários de países como a Rússia e o Irão, que se vêm demonstrando favoráveis ao regime sírio. O modo como as eleições se processaram pode constituir mais uma sustentação para os defensores da ideia de que o Governo não consegue cumprir com as responsabilidades que tem para com os seus cidadãos, quer a nível do normal funcionamento das instituições governativas, quer ao nível da protecção básica que deveria assegurar às populações. Este tipo de situação enquadra-se no conceito que tende a tornar-se recorrente no Direito Internacional, denominado *Responsability to Protect* (R2P).

⁴National Initiative for Administration and Change in Syria.

⁵Disponível em: <http://www.theguardian.com/world/2014/jun/04/bashar-al-assad-winds-re-election-in-landslide-victory>. [Consult. 28 Jul. 2014]

O conceito de R2P nasceu em 2001 pela publicação de um relatório do *International Commission on Intervention and State Sovereignty* (ICSS) e prende-se com as responsabilidades que surgem associadas à soberania, enumerando três deveres principais que se encontram relacionados de forma subsidiária, i.e., cada um decorrente dos que o precedem:

– Os Estados são os principais responsáveis pela proteção das suas populações – "*Responsability to Prevent*";

– Se o Estado falhar nessa proteção ou incentivar ativamente as atrocidades, a responsabilidade passa para o campo da Comunidade Internacional – "*Responsability to React*";

– Depois do uso da força neste tipo de situação, os intervenientes devem auxiliar a reconstrução pós-conflito – "*Responsability to Rebuild*".

O conceito de R2P levanta duas importantes questões:

1 – Quando é que os Estados podem usar a força para proteger populações?

2 – Quais são as autoridades competentes para permitir tal ação?

O problema de pôr em prática certo tipo de intervenções, nomeadamente o uso da força militar por motivos humanitários, consiste no facto de não estarem explicitamente reguladas. Intervenções ao abrigo do Capítulo VIII da Carta das Nações Unidas dependem da interpretação que é feita dos artigos. Como definir aquilo que constitui de facto ameaça à paz e à segurança internacional?

O costume que surgiu com a intervenção no Kosovo precisa de ser convencionalizado de maneira a que exista uma linha orientadora da ação. De momento, existe uma excessiva dependência em relação às decisões do Conselho de Segurança – o que aumenta a morosidade de decisões urgentes e leva a que se travem verdadeiras batalhas de argumentos de base subjetiva.

O quadro de legitimidade de uma intervenção são os seguintes⁶:

- 1) Deve existir justa causa;
- 2) A intervenção deve ser permitida por uma autoridade legítima;
- 3) Prevenir ou parar crimes contra a humanidade numa situação em que o Conselho de Segurança da ONU está paralisado;

⁶ Paul Williams *et al*, *Preventing Mass Atrocity Crimes: The Responsibility to Protect and the Syria Crisis-Case Western Reserve*, *Journal of International Law*, Vol. 45, 2012

- 4) A intervenção deve ser requerida por grupos de oposição credíveis;
- 5) A assistência militar deve ser o último recurso. A força militar deve limitar-se a ações que visem proteger as populações: declaração de uma Zona de Exclusão Aérea, defender uma zona do território destinada a ser refúgio seguro para as populações, etc.
- 6) Os Estados atuantes devem estar de boa-fé;
- 7) A ação deve ser proporcional à crise humanitária;

Por forma a não haver desrespeito pelo Direito Internacional, seria desejável uma revisão das disposições do Acordo de Genebra, dado que a Síria tem significado uma situação diferenciada de lacuna gravosa aos pressupostos da Convenção.

O AMBIENTE INFORMACIONAL

A apreciação do ambiente informacional no conflito da Síria inscreve-se numa conjuntura complexa. Os vários CoG são alvo de interesses e investimentos junto dos canais de comunicação social globais que assim ajudam a torná-los altamente mediáticos e carismáticos.

Por um lado, procuram os *Media* aliados do regime de Assad enfatizar a aliança com o Governo, alegadamente apoiando inclusive a inventariação e destruição das armas químicas; por outro, observamos diferentes níveis de especulação junto de grupos como o Hezbollah e a luta armada, a dissolução do Estado a nível regional; ou mesmo o controlo, manipulação e interesses de propaganda americana. A oposição crescente vem seguindo a linha de construção verbal mediática de um inimigo público comum: Bashar Al-Assad, cobrindo-se de argumentos junto da Convenção de Genebra II e os seus objetivos propostos.

A Opinião Pública Internacional permanece maioritariamente do lado da ajuda humanitária, manifestando o desejo de uma solução política na Síria e na eventual negociação para a paz; isto de acordo com os veículos de informação mediática que suprimem a necessidade informativa do Ocidente. E todavia afiguram-se tais desígnios neste contexto sob o véu de alegadas parcialidades e imparcialidades, transmitidos variadamente pelos diferentes veículos de informação. Como exemplo disso, encontrámos uma amostra representativa: de um lado temos a CNN e a BBC, que apresentam certo perfil do cenário vivido em território sírio; enquanto de outro lado temos os canais *Russia Today* e *Al*

Jazeera, que afirmam os seus interesses de alianças políticas e de manipulação religiosa da oposição, sob forma de mensagens mais ou menos subliminares, inseridas nas peças jornalísticas do conflito.

Além da distorção ocorrida devido aos interesses em jogo, os apagões eletrônicos registados em toda a Síria continuam a "apagar" a revolução dos canais informativos, catapultando a Internet como principal veículo de informação. A inexistência de uma imprensa livre tem sido um dos grandes fatores de reivindicação e descontentamento popular, ao representar incapacidade de se conhecerem as realidades nacional e estrangeiras. A matéria tem merecido a compaixão de cidadãos estrangeiros, que a partir dos seus países reconhecem a abusiva privação dos cidadãos sírios da Internet em uso pleno, não censurado, assim como de meios de comunicação transparentes e credíveis.

Os meios de comunicação tradicionais são então substituídos pelos mais recentes *Social Media*, em particular o *Instagram*, *Twitter* e *Facebook*, sendo utilizados até pelo Presidente Bashar Al-Assad, que se retrata em situações de adoração pelo seu povo: são captados e divulgados momentos como sejam mulheres em celebrações de vitória das forças do regime, visitas a hospitais, crianças em momentos felizes. Tudo confere uma importância tremenda a estes novos meios de comunicação, mesmo pelos mais altos representantes governamentais, como veículo propagador de interesses. Além disso estão a revolucionar a própria forma de fazer a informação circular, desempenhando um papel importante na mobilização de cidadãos – algo que vem ocorrendo crescentemente desde o início da Primavera Árabe.

Apesar disto, os Media tradicionais vão sendo ameaçados também pelos próprios jornalistas que os representam, sendo a Síria atualmente considerada assaz perigosa para que desenvolvam a sua atividade. O país está na *Open Net Initiative* e na lista de inimigos da internet dos Repórteres sem Fronteiras. O medo da manipulação informacional torna o país numa caixa-forte, onde a cobertura é quase impossível. Toda a infraestrutura mediática parece ajustar-se à necessidade de um secretismo político por detrás de toda a guerra civil, pois permitiu a construção do Acordo para a Destruição das Armas Químicas. Sem um controlo tao restrito da informação, munido de uma confidencialidade extrema, o acordo não teria sido concretizado.

Afigura-se complexo definir um ambiente informacional ideal para o cenário regional retratado, em que a discussão de um Governo transitório e o término do conflito por meios políticos se confundem com a necessidade de maior abertura mediática. O Secretismo/Censura ou Abertura Mediática? Dos dois qual o que melhor serve a pacificação? Qual o que mais contribui para a segurança regional e internacional? O futuro dirá!

Bibliografia

International Commission on Intervention and State Sovereignty, 2001. *The Responsibility to Protect*. Ottawa: International Development Research Centre.

NATO, 2010. *Allied Command Operations Comprehensive Operations Planning Directive COPD interim v1.0*.

Williams, P., Ulbrich, J. & Worboys, J., 2012. *Preventing Mass Atrocity Crimes: The Responsibility to Protect and the Syria Crisis-Case Western Reserve, Journal of International Law, Vol. 45*.

PROSPETIVA DO CONFLITO: CENÁRIOS POSSÍVEIS

Catarina rolim

Aluna do I Curso de PG-GDS
Instituto de Estudos Superiores Militares
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Lisboa, Portugal

NOTA INTRODUTÓRIA

A prospetiva, que se distingue da previsão, caracteriza-se por se concentrar nas incertezas, considerar ruturas, aliar quantitativo e qualitativo, sublinhar os riscos, partir da complexidade para a simplificação e ter uma abordagem global. A prospetiva que se adotou é de tipo exploratório, que equivale a um radar, distinguindo-se da prospetiva estratégica, que equivale a um simulador de navegações. O foco desta análise prospetiva é a evolução do conflito da Síria no horizonte temporal até 2020.

Para fazer a análise prospetiva começámos por esclarecer o sistema, isto é, o grupo dos componentes interdependentes – atores, variáveis e interações entre atores – e, a partir daí, a estrutura, ou seja, a organização desses componentes, distinguindo a distribuição dos atores no ambiente contextual e no macro enquadramento. Isto é possível pela identificação de tendências, que são depois categorizadas como elementos pré-determinados ou incertezas cruciais. Agrupando estes últimos elementos, constroem-se eixos de contrastação que, cruzados em si, dão origem aos cenários.

O processo analítico percorre um conjunto de etapas que genericamente são as seguintes: (1) exploração do ambiente contextual e do macro enquadramento; (2) identificação dos elementos pré-determinados e das incertezas cruciais; (3) definição dos eixos de contrastação e, por último; (4) obtenção dos cenários e análise de uma seleção de quatro dos cenários obtidos.

Esperemos contribuir para a análise e reflexão do que poderá resultar do conflito sírio.

AMBIENTE CONTEXTUAL E O MACRO ENQUADRAMENTO

No ambiente contextual, identificaram-se os atores em direta relação com a Síria, isto é, fronteiriços ou no mesmo bloco regional. Distinguem-se três alinhamentos: (1) o xiita, formado pelo Irão, Iraque e Líbano, que é aquele no qual a Síria se insere; (2) o Qatar, de forma mais isolada, os Emirados Árabes

Unidos, o Bahrein, a Arábia Saudita e o Egito num alinhamento sunita; (3) e ainda, a Jordânia, Israel e Palestina.

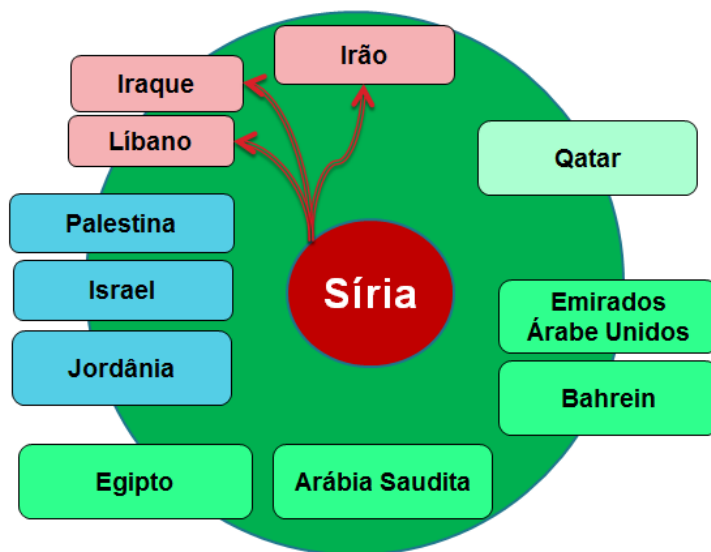


Figura 1 – Ambiente Contextual

Fonte: Autora

Com este ambiente contextual em mente, define-se o macro enquadramento, no qual se distinguem os atores que, apesar de longínquos geograficamente, produzem uma grande influência no foco em análise. No alinhamento da Síria posicionam-se a Rússia e a China; no alinhamento sunita em torno da Arábia Saudita, o Paquistão e a Índia; e no alinhamento de Israel, os EUA. A Ucrânia surge para demonstrar que, apesar de ser exterior a este enquadramento, é um elemento desestabilizador das relações entre os EUA e a Rússia, o que tem impacto no conflito da Síria.

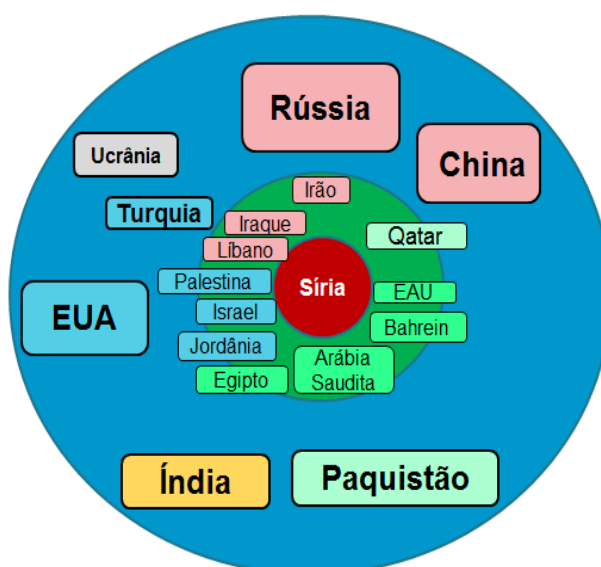


Figura 2 – Macro enquadramento

Fonte: Autora

OS ELEMENTOS PRÉ DETERMINADOS E INCERTEZAS CRUCIAIS

Identificados os atores e a forma como se organizam, distinguiu-se o que é CERTO do que é INCERTO. Os Elementos Pré-determinados destacados dizem respeito a tendências que provavelmente continuam e a emergências que poderão tornar-se tendências. Como tal, considerou-se relativamente CERTO o seguinte:

- (1) O Médio Oriente e a Ásia do Sul, nomeadamente a Índia e o Paquistão, se encontrem nas zonas mais turbulentas do mundo;
- (2) O Levante e o Golfo Pérsico se mantenham fraturados em termos civilizacionais (religiosos, étnicos, culturais), influenciando o comportamento dos Estados;
- (3) Os processos de democratização de regimes seculares, centralizadores e autoritários sejam acompanhados de fortes tensões;
- (4) Os EUA queiram manter a sua influência nestas regiões mas com o mínimo de envolvimento militar direto;
- (5) A China queira manter relações com ambos os alinhamentos (Arábia Saudita e Irão), como condição para a sua hegemonia asiática.

Quanto a INCERTEZAS CRUCIAIS, isto é, emergências e tendências com destino INCERTO e cuja resolução terá um forte impacto na evolução futura do conflito na Síria no horizonte 2020, é pertinente listar as seguintes questões incertas:

- (1) Poderá Israel chegar a um compromisso com o Irão?
- (2) As próximas eleições, nomeadamente no Líbano, Iraque e Síria, irão contribuir para a estabilidade nos países ou se, pelo contrário, irão agravar as crises internas e potenciar fraturas?
- (3) Irão intensificar-se os fatores de separação no interior dos Estados, como é o caso dos curdos?
- (4) Quais as ambições da Al Qaeda na região?
- (5) As duas coligações – Irão e Arábia Saudita – chegarão a compromissos ou irão acentuar as rivalidades?
- (6) Qual o lugar das armas de destruição maciça – químicas e nucleares – nas relações entre os Estados?

A leitura da *Global Trends*, do *National Intelligence Council* de 2012 forneceu, por sua vez, um outro conjunto de incertezas que também foram tidas em conta na seleção final das Incertezas Cruciais que, além de fortemente

incertas e muito relevantes para o foco, deverão ser relativamente independentes umas das outras:

- (7) O Islão irá moderar-se em termos políticos?
- (8) Os governos de transição irão prevenir os conflitos sociais?
- (9) Conseguirão os países do Médio Oriente solucionar as suas economias e “conduzir” a onda de globalização?
- (10) Como projetará o Irão o seu poder regional?
- (11) Pode ser alcançado um acordo Israelo-Palestiniano?
- (12) A Arábia Saudita manter-se-á imune aos movimentos de protesto?

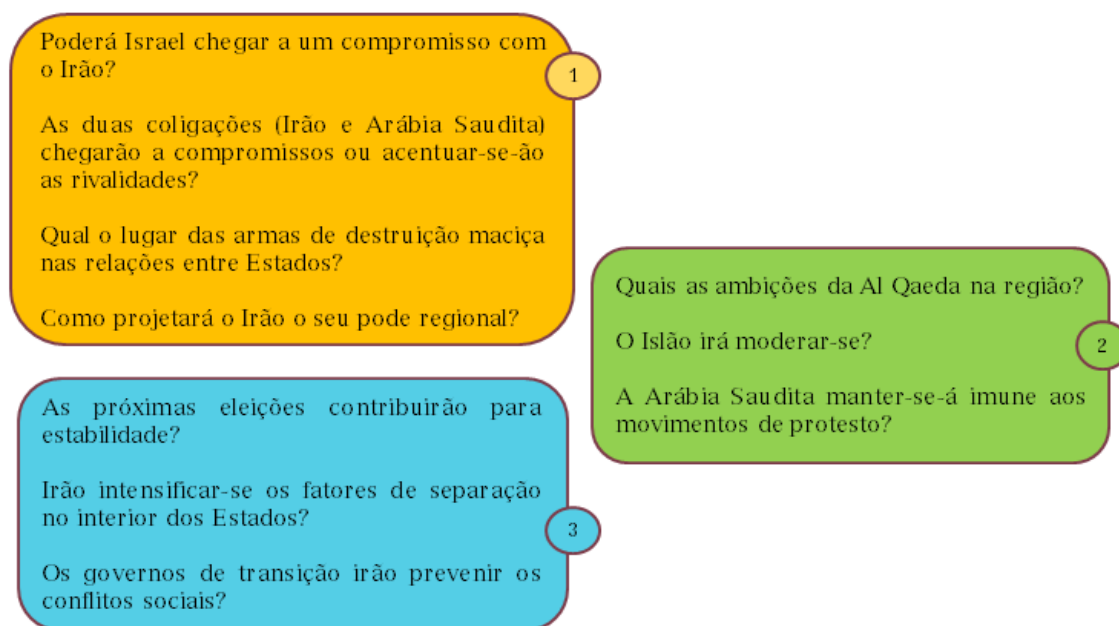


Figura 3 – Conjunto de Incertezas Cruciais agrupadas

Fonte: Autora

EIXOS DE CONTRASTAÇÃO

Este conjunto de incertezas pode ser agrupado em três grandes Incertezas Cruciais (Fig. 3) a que correspondem três Eixos de Contrastação (Fig. 4), que admitem duas soluções, precisamente, contrastadas para cada uma dessas Incertezas:

- (1) Da conflitualidade e corrida ao armamento pode resultar, por um lado, a aquisição de armas nucleares, que reflete um desentendimento regional, ou por outro, a aposta nas armas inteligentes e na ciberguerra.

- (2) No mundo árabe sunita pode verificar-se, num extremo, o reforço da Al Qaeda, por geral desentendimento no seio sunita, ou então, o reforço da união entre as monarquias do Golfo contra a Al Qaeda.
- (3) Por último, a dinâmica de estados falhados e de fragmentação de Estados pode resultar, por um lado na partição do Iraque, ou por outro lado, pode desenhar-se uma dinâmica de consolidação/estabilização no Iraque.



Fig. 4 – Eixos de contrastação
Fonte: Autora

CENÁRIOS FUTUROS

A partir destes três eixos de contrastação construíram-se os oito cenários seguintes:

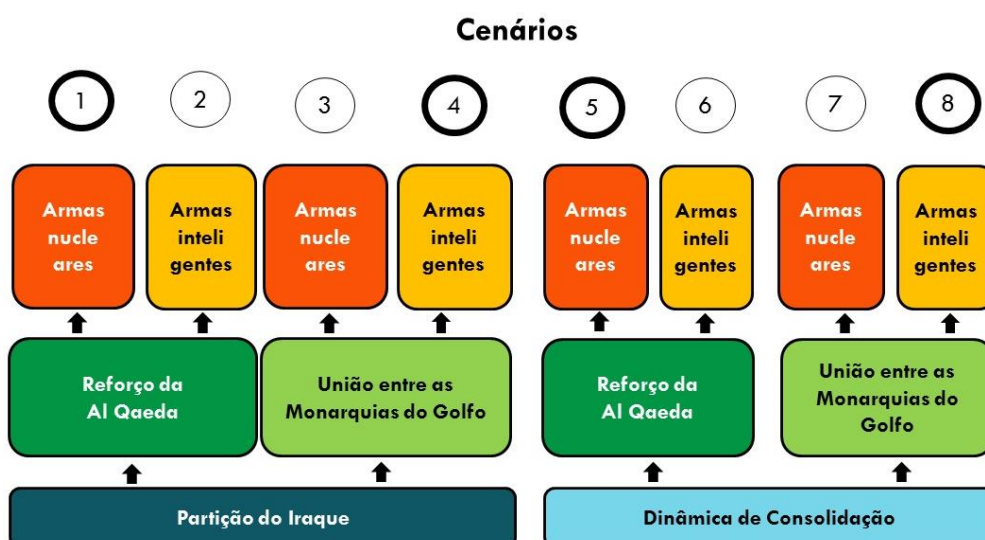


Fig. 5 – Cenários futuros
Fonte: Autora

Os primeiros quatro cenários têm em comum a partição do Iraque, assistindo-se, no 1º e 2º cenários, ao reforço da Al Qaeda, enquanto o 3º e 4º cenários caracterizam-se pela União entre as Monarquias do Golfo. Os últimos quatro cenários equivalem aos primeiros, com a diferença de que se verifica a dinâmica de consolidação e não a partição do Iraque, alterando, dessa forma, o impacto.

Optou-se por caracterizar apenas quatro dos cenários: os dois cenários extremos (1º e 8º) e dois cenários intermédios (4º e 5º).

CENÁRIO 1º - Neste Cenário o Irão e a Arábia Saudita (esta aliada ao Paquistão) emergem como potências nucleares; concretizar-se-ia um Iraque fragmentado arrastado pela independência do Curdistão iraquiano, potenciando outras minorias curdas em Estados vizinhos; verificar-se-ia o avanço da Al Qaeda nos então fragmentados territórios do Iraque e da Síria; e, no nosso foco, assistir-se-ia, precisamente, à fragmentação da Síria e à criação de um Estado alauita.

CENÁRIO 8º - Neste Cenário, o Irão e a Arábia Saudita alcançariam compromissos, demarcando zonas de influência no Grande Médio Oriente e suspenderiam a corrida ao armamento nuclear; o Iraque manter-se-ia unido e funcionaria como um Estado-tampão, regulador das tensões regionais; a constituição de uma Confederação Jordana-Palestiniana contribuiria também para a redução das tensões no Médio Oriente. Assistir-se ia na Síria a um golpe de Estado militar que colocaria no poder alauitas favoráveis a um regime de repartição de poder e de cargos entre grupos étnicos/religiosos (seguindo o "modelo" do Líbano), regime esse que romperia com os grupos palestinos mais radicais.

CENÁRIO 4º - Neste Cenário, verificar-se-ia uma maior União entre as monarquias do Golfo e uma aposta na aquisição de armas inteligentes em vez de nucleares; a recomposição de fronteiras no Médio Oriente contaria com a independência do Curdistão iraquiano (que negociaria uma parceria com a Turquia), aproximação do sul do Iraque ao Irão e do Iraque sunita à Jordânia no combate à Al Qaeda. No foco, a Síria dos alauitas, apoiados pelo Irão, iria liderar uma reformatação do atual regime na Síria, ainda que sem Assad.

CENÁRIO 5° - Neste Cenário, com semelhanças ao Cenário 1°, mas com a dinâmica de consolidação em vez de fragmentação, o Irão e a Arábia Saudita nucleares contribuiriam para a intensificação das rivalidades no Médio Oriente, situação que, aliada à crise no seio sunita, abriria oportunidade para uma autêntica infiltração da Al Qaeda; o Iraque, não fragmentado mas estabilizado, funcionaria como estado-tampão regulador das tensões regionais. No foco, assistiríamos a um regime sírio recomposto em torno do combate à Al Qaeda que lhe permitiria reganhar apoios internacionais, e também mais descentralizado em termos de províncias, facilitando a integração de minorias.

NOTA CONCLUSIVA

É importante ter em conta que a análise dos padrões de comportamento, aqui feita de forma muito superficial, é essencial, não só para identificar tendências e construir eixos de contrastação, mas também para analisar o impacto dos cenários.

As metodologias de prospetiva são ferramentas essenciais ao exercício do processo de decisão estratégica porquanto fazem parte da fase de OBSERVAÇÃO que auxilia a definição da ORIENTAÇÃO, esclarece a DECISÃO e determina a AÇÃO estratégica. Estas metodologias estão fortemente dependentes da quantidade, qualidade e oportunidade das Informações Estratégicas. Não é, por isso, de estranhar a aposta das grandes potências nos seus serviços de informações enquanto órgãos de pesquisa, recolha, análise e difusão.

Esperamos, com esta breve exposição, ter contribuído para a reflexão sobre o futuro do conflito da Síria. Este futuro confirmará ou negará a validade de alguns dos cenários identificados.

Bibliografia

National Intelligence Council, 2012. Global Trends 2030: Alterantive Worlds. [em linha]. Disponível em http://www.dni.gov/files/documents/GlobalTrends_2030.pdf.

Ribeiro, J. F., 2008. *Sistémica e Prospectiva - um breve apontamento*. Lisboa: Departamento de Prospetiva e Planeamento e Relações Internacionais.

Parte III – DINÂMICAS DE GLOBALIZAÇÃO DO CONFLITO

O AMBIENTE INFORMACIONAL: OS MEDIA SOCIAIS E TRADICIONAIS

Francisco Ribeiro

Aluno do I Curso de PG-GDS
Instituto de Estudos Superiores Militares
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Lisboa, Portugal

ANTECEDENTES – AS REVOLTAS ÁRABES

Os Media Sociais, fenómeno relativamente recente no mundo da política – comunicação/informação, começaram a consolidar-se como poderosa força mobilizadora antes mesmo das revoltas árabes.

Com efeito, ainda antes da Primavera Árabe ter eclodido, já a insurreição no Irão, após as eleições de 2009 (vídeo da morte da jovem Neda) deixava antever o papel que os Media Sociais iriam desempenhar nas grandes mudanças políticas que ocorreram no mundo Árabe a partir de 2011.

As Revoltas Árabes, ou Primavera Árabe, tiveram início na Tunísia em 2011 e depressa se estenderam a todo o Islão. Com diferentes evoluções, todas elas tiveram um denominador comum: o facto de terem sido aceleradas e impulsionadas a partir das redes sociais cuja capacidade de mobilização popular se revelou excepcional. Para Manuel Castells (2011) *“As raízes da rebelião estão na exploração, opressão e humilhação. Entretanto, a possibilidade de rebelar-se sem ser esmagado de imediato dependeu da densidade e rapidez da mobilização e isto relaciona-se com a capacidade criada pelas tecnologias do que chamei de “auto-comunicação de massas”*”.

A internet e a informação genuína ou manipulada, mas sempre livre, veiculada pelos Media Sociais tornou-se assim, nos dias de hoje, uma poderosa arma que a censura, a repressão e as ditaduras não conseguem controlar na totalidade, ao contrário do que acontece com os Media Tradicionais. A realidade mostrou que vozes que não tinham voz passaram a poder expressar-se globalmente sem filtros nem restrições. O poder da Web contribuiu, pois, para o soçobrar de líderes de regimes republicanos árabes como Ben Ali, Kadafi, Mubarak; assim como pressionou as monarquias do Golfo Pérsico, do Médio Oriente e do Magrebe a serem mais flexíveis procedendo a reformas, como modo de sobreviverem às revoltas populares.

Mas se o impacto dos Media Sociais foi decisivo nalguns países, no sentido de haver mudança nas suas lideranças; noutros a pressão mantém-se.

Registe-se, a título de exemplo, a situação da Turquia: os acontecimentos na praça Taksim, em Junho de 2013, marcaram o início de muitas revoltas e manifestações. No entanto, Erdogan mantém-se no poder e cerra fileiras tendo cortado recentemente o *Youtube* e o *Facebook*, os quais foram rapidamente repostos por tribunais que gozam de alguma independência.

O outro caso de interessante abordagem é o da Síria. Aqui a ação dos Media Sociais não só foi insuficiente para provocar rutura e mudança no regime, como até os próprios Media começaram a perder o seu cariz genuíno e popular para assumirem um papel de arma de guerra de informação e contra informação. É pois a Síria que abordaremos de seguida de forma mais detalhada.

O CASO SÍRIO

A primeira guerra dos Media Sociais

A Síria é dos lugares mais perigosos do mundo para os jornalistas. Mais de uma centena de mortos e vários sequestros desde o início do conflito em 2011 fazem o balanço possível. A cobertura mediática do conflito e a obtenção de informação fatural e credível por parte do Media Tradicionais é tarefa complexa e difícil. Este facto torna o caso Sírio único na História recente, razão pela qual alguns o apontam como “a primeira guerra dos Media Sociais”.

Ao contrário de conflitos como o Vietname e as duas Guerras do Golfo, onde os Media Tradicionais transmitiam e acompanhavam todas as operações militares em direto; na Síria, quase quatro anos após o início do conflito, a informação que se consegue obter vem maioritariamente dos Media Sociais.

O regime ditatorial Sírio, impondo fortes limitações à liberdade de imprensa, incluindo a proibição de jornalistas estrangeiros no território, fez com que os Media Tradicionais fossem substituídos no país pela própria população síria que vai, assim, narrando a guerra para o exterior com imagens divulgadas no *Youtube* e noutras redes sociais. Se no passado se cometiam as maiores atrocidades (como a do massacre de Hama, no início dos Anos 80, da responsabilidade do pai Assad) sem que, no exterior, nada de se soubesse; hoje com a internet e os *smartphones* este tipo de acontecimentos já dificilmente permanece desconhecido da comunidade internacional. É com base nessa informação difundida no *Youtube*, *Instagram*, *Twitter* e *Facebook*, entre outros, que os responsáveis políticos e os próprios Media Tradicionais, a partir do

exterior, fazem os seus *updates* de informação sobre o conflito na Síria. Não sendo a situação ideal no que toca à isenção e imparcialidade das fontes, a verdade é que esta é a informação mais disponível.

A importância dos Media Sociais

A perceção da importância dos Media Sociais teve destaque máximo em Agosto de 2013 quando os Estados Unidos da América (EUA) e seus Aliados, com base em centenas de vídeos colocados no *Youtube* que mostravam imagens de civis mortos por armas químicas, tomaram a decisão de intervir militarmente contra alvos do regime Sírio. Claro que esta decisão considerou também a informação vinda da *intelligence* mas o choque provocado pelas imagens acessíveis a todos os internautas e divulgadas massivamente pelos Media Tradicionais, teve um efeito de tal ordem junto da comunidade internacional que os decisores políticos tiveram que intervir e atuar. Foi na sequência desta situação e da interferência da Rússia - por via diplomática - que, ao abrigo do Tratado da Não Proliferação, se chegou ao acordo para o desmantelamento de todo o arsenal de armas químicas existente na Síria. A perceção da importância dos Media Sociais a partir daqui ganhava, naturalmente, outra dimensão.

Todos os atores do conflito sírio perceberam o poder dos Media Sociais e a sua capacidade de interferência no curso dos acontecimentos no terreno. Essa perceção fez-se sentir, em primeiro lugar, junto da população que, deste modo, alertou o mundo para a situação terrível que o país está a atravessar e para as violações permanentes dos Direitos Humanos. Percecionada também pelos movimentos de oposição ao regime, torna-se via de angariação de apoios internacionais, financiamento para a causa e até recrutamento de novos guerrilheiros. Finalmente o próprio regime de Assad recorre também aos Media Sociais como poderosa arma de contra informação, usando-os para fazer propaganda do regime e desmentidos com o objetivo de desacreditar tudo o que a oposição divulga como sendo as suas atrocidades.

Os Anos 90 consolidaram a consciência de que as novas tecnologias mudaram a política internacional. Quem as controla aumenta o seu poder ganhando capacidade de destabilizar e manipular países, organizações e populações. A consciência do poder dos Media Sociais é de tal ordem que grande parte dos bairros dominados por grupos opositores ao regime Sírio evoluíram do simples telemóvel ou *smartphone* para autênticos centros de

Media financiados, provavelmente, pela Arábia Saudita e pelo Qatar, entre outros. Não faltam câmaras de alta definição, ligações satélite, *software* para “*uploads*” seguros e até câmaras de videovigilância colocadas nos locais estratégicos dos bairros. Os *posts* sucedem-se de parte a parte, o governo e os seus apoiantes não se inibem de colocar vídeos com ataques rebeldes e/ou vídeos com opinião de analistas que sugerem falsificação de imagens postadas pelos ativistas sírios da oposição.

Entramos então numa fase de aproveitamento dos Media Sociais para fins políticos, militares e geoestratégicos. Torna-se, pois, cada vez mais difícil distinguir o que são factos, boatos, informação credível, informação manipulada e propaganda.

Os Media Sociais e o seu relacionamento com os Media Tradicionais

A rápida evolução, desenvolvimento e sofisticação dos Media Sociais na Síria ajudam também a compreender a complexidade do seu relacionamento com os Media Tradicionais, podendo esse relacionamento vir a ser um modelo em futuras situações de crise. Os Media Tradicionais rapidamente perceberam o novo panorama “tecno-informativo” que se desenhava.

Impedidos de circular livremente, e continuando a recorrer às fontes que no passado lhes tenham dado garantias de credibilidade (médicos, ONGs, agências das Nações Unidas e até mesmo alguns jornalistas sírios), os Media Tradicionais passaram agora a ter uma nova fonte de importância fulcral. Detentores de uma credibilidade reconhecida pela sua isenção e imparcialidade, os Media Tradicionais assumiram que a Síria configurava um cenário que exigia um trabalho redobrado.

Segundo Philip Seib (2014) (professor de Jornalismo e Diplomacia na Universidade de Annenberg, Escola do Sul da Califórnia de Comunicação e Jornalismo), nesta primeira “guerra dos Media Sociais” existe, como já referenciámos, uma forte dependência do *Youtube*, o qual está a ser usado como fonte primária de informação por parte dos Media Tradicionais. Isso comporta, naturalmente, muitos riscos. Ainda segundo Seib “*um dos maiores problemas envolve a verificação dos conteúdos porque às vezes não se sabe a origem desses vídeos do Youtube*”. De acordo com o mesmo autor existe “uma responsabilidade maior para as organizações de notícias que decidem

disseminar vídeos do *Youtube* no sentido de fazerem todas as verificações antes de divulgá-los".

Existe claramente uma intenção dos atores do conflito usarem os Media Sociais como forma de influenciar o debate internacional sobre a Síria em benefício próprio. Com efeito, o uso como fonte dos Media Sociais por parte dos Media Tradicionais, obriga a uma aturada verificação da fidedignidade dos conteúdos de textos, áudios e vídeos que vão surgindo. Esta fonte requer horas de trabalho para detetar a origem do vídeo, o histórico da conta que o postou, se a imagem é verdadeira ou falsa, recente ou antiga e, finalmente, se o conjunto é coerente. Os cuidados vão mais longe ainda até ao ponto de se visualizarem centenas de canais do *Youtube*, no sentido de verificar a coincidência entre relatos e imagens. Verificam-se canais em língua árabe e em língua inglesa. Quando há relatos de ataques com armamento pesado, que normalmente provocam estragos avultados, confirmam-se imagens satélite das zonas em causa antes e depois dos acontecimentos. A análise das imagens por peritos permite também ver que armamento é usado e aferir o número de baixas ocorridas. Todo um trabalho complexo para autenticar e apurar factos com o objetivo de publicar e divulgar a verdade possível.

Registe-se ainda que nos Media Tradicionais as considerações éticas na análise de conteúdos das redes sociais devem ser sempre uma preocupação já que, ao analisarem-se dados no *Facebook* ou nos *smartphones*, franqueia-se o domínio das informações não-públicas. Considerando a privacidade das fontes como uma regra, é fácil perceber que aqui a divulgação descuidada pode colocar em risco vidas e revelar ligações ao exterior, importando consequências gravosas para o conflito.

Em suma, os Media Sociais são incontornáveis e centrais para que o mundo possa perceber e entender o conflito na Síria cabendo aos Media Tradicionais, e à *intelligence* dos diferentes atores internacionais que intervêm no conflito, um papel mais rigoroso na "construção" da verdade possível.

NOTA CONCLUSIVA

A CNN e a Guerra do Golfo trouxeram aos telespetadores a Guerra em Direto. Com a Aljazeera assistimos a uma nova revolução com a WEB a assumir o protagonismo na Informação dos Media Tradicionais.

Aquela rede de televisão do Qatar, especializada em notícias do Médio Oriente, foi pioneira na produção de notícias a partir das redes sociais, alimentando assim todos os canais com 24 horas de informação internacional. Esta nova forma de produção e consumo de informação tornou-se uma realidade à qual os Media Tradicionais se tiveram que adaptar obrigatoriamente. Os públicos deixaram de ser meros consumidores de informação produzida pelos Media Tradicionais passando, através dos Media Sociais, a fazer parte do processo de construção da própria notícia, o que acontece com especial destaque na Síria fechada sobre si própria.

Neste cenário, cabe ao jornalista acompanhar e filtrar toda a informação caótica que lhe chega pelos Media Sociais e dar relevo ao que é importante e credível, sem descurar que está perante uma “arma poderosa”. Uma “arma” utilizada e alimentada quer por cidadãos comuns, com objetivo de procurar um mundo mais justo e livre denunciando violação dos mais elementares direitos; quer por obscuros grupos que, usando esse mesmo meio no campo de batalha da “guerra da informação e contra informação”, procuram manipular consciências e empolar situações para pressionar opiniões públicas internacionais e decisores políticos.

Os Media Sociais são uma força poderosa e os Media Tradicionais não se podem disso alhear. No entanto os primeiros não concorrem com os segundos, antes reforçam o papel de rigor e pesquisa destes últimos. Os Media Sociais devem ser, pois, encarados como complemento até porque, em regimes políticos ditatoriais, têm uma capacidade de penetração e expressão que aos Media Tradicionais está vedada ou sujeita a apertado controlo.

Dito isto importa reter que, ao contrário do que muitos afirmaram, as Revoltas Árabes não foram uma Revolução da WEB. Com efeito, os Media Sociais e os Media Tradicionais mobilizam mas não fazem Revoluções.

Bibliografia

Blanchard, C., Humud, C. & Nikitin, M., 2014. *Armed Conflict in Syria: Overview and U.S. Response*. Congressional Research Service. [em linha]. Disponível em <http://fas.org/sgp/crs/mideast/RL33487.pdf>.

Castells, M., 2011. *Internet e Rebelião: É só o começo*. Outras Palavras. [em linha]. Disponível em <http://outraspalavras.net/posts/castells-sobre-internet-e-insurreicao-e-so-o-comeco/>.

Ducrotte, F., 2014. *The Role of the Media in Conflict*. Issues of International and European Security. [em linha]. Disponível em <http://isiseurope.wordpress.com/2014/03/04/the-role-of-media-in-conflict/>.

Guidère, M., 2012. *O Choque das Revoluções Árabes. Da Argélia ao Iémen, 22 Países Sob Tensão*. Lisboa: Edições 70.

Jerónimo, P., 2013. *A Primavera Árabe e o Uso da Força nas Relações Internacionais*. Lisboa: Almedina.

Karam, Z., 2013. *Syria's civil war plays out on social media*. Associated Press. [em linha]. Disponível em <http://newsok.com/syrias-civil-war-plays-out-on-social-media/article/3895626>.

Kung, H., 2010. *Islão – Passado, Presente e Futuro*. Lisboa: Edições 70.

Lynch, M., Freelon, D. & Aday, S., 2014. *Blogs and Bullets III - Syria's Socially mediated civil war*. United States Institute of Peace, Peaceworks 91. [em linha]. Disponível em <http://fas.org/sgp/crs/mideast/RL33487.pdf>.

Losurdo, D., 2011. *Estende-se o domínio da manipulação. O que se passa na Síria?* [em linha]. Disponível em http://resistir.info/losurdo/losurdo_27abr11.html

Niekerk, B. & Maharaj, M., 2013. *Social Media and Information Conflict*. International Journal of Communication 7. [em linha]. Disponível em <http://ijoc.org/index.php/ijoc/article/viewFile/1658/919>.

Salvadoretti, T., 2014. *The role of social media in the Syrian*. [em linha]. Disponível em <http://www.asfar.org.uk/the-role-of-the-social-media-in-the-syrian-crisis.html>.

Seib, P., 2014. *Social Media Are Undervalued in Counterterrorism*. The World Post. [em linha]. Disponível em http://www.huffingtonpost.com/philip-seib/social-media-are-underval_b_5281892.html.

Serviço Noticioso Um Mundo A Ganhar, 2011. *A revolta na Síria: As suas raízes e as suas perspectivas*. Serviço Noticioso Um Mundo A Ganhar. [em linha]. Disponível em <http://www.aworldtowinns.co.uk>.

Parte IV – DINÂMICAS DIPLOMÁTICAS DO CONFLITO

O FALHANÇO DA DIPLOMACIA NA CRISE SÍRIA

Susana Teixeira (coordenadora)

Rui Contente

Diogo Marques dos Santos

Luís Almeida

Alunos do I Curso de PG-GDS

Instituto de Estudos Superiores Militares

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Lisboa, Portugal

NOTA INTRODUTÓRIA

Em conferência de imprensa realizada recentemente em Nova Iorque, o Secretário-geral (SG) da Organização das Nações Unidas (ONU), Ban Ki-moon anunciou que o Representante Especial Conjunto da Organização das Nações Unidas e da Liga Árabe para a Síria, Lakhdar Brahimi cessaria as suas funções no final do mês de Maio. Na mesma ocasião, o SG da ONU enalteceu o papel desempenhado por um dos mais brilhantes diplomatas no mundo, bem como os esforços empreendidos como mediador durante, praticamente, dois anos na busca de uma solução para o conflito da Síria.

O SG da ONU prosseguiu as suas declarações, afirmando que apreciou muito a diplomacia multilateral de Brahimi ao organizar as negociações no decurso das Conferências de Paz de Genebra I e II, assim facilitando as conversações entre as partes sírias envolvidas no conflito. Lamentou, no entanto, não ter sido aproveitado o seu talento extraordinário em virtude de não ter recebido o apoio necessário dos vários intervenientes. No decurso da conferência de imprensa Lakhdar Brahimi aproveitou a ocasião para fazer um balanço da situação política e para apresentar as três recomendações seguintes que poderão servir de orientação para o seu sucessor e, eventualmente ajudar a alcançar uma solução para o conflito:

1. Promover à ação humanitária em conformidade ao estipulado na Resolução 2139, aprovada por unanimidade em 23 de Fevereiro 2014, e na qual o Conselho de Segurança (CS) exigiu “que todas as partes, em particular as autoridades sírias, autorizassem de imediato, o acesso humanitário rápido, seguro e desimpedido às agências humanitárias da ONU e parceiros...”;
2. Fim, ou redução, da violência;
3. Formação de um Executivo que conduza à transição para uma “Nova Síria” e capaz de organizar as seguintes atividades:

- a. Realização de uma Conferência Nacional para o diálogo nacional, incluindo a sociedade civil;
- b. Revisão da Constituição que permita a diminuição dos poderes presidenciais e o eventual estabelecimento de um sistema parlamentar;
- c. Convocação de eleições em conformidade com a nova Constituição;
- d. Diminuição/eliminação do fluxo de armas para a Síria (como parte integrante de um acordo).

Estas 3 recomendações tornam evidente que o destino da Síria depende da própria vontade do povo sírio e do habitual jogo de dependências e interesses das diferentes potências regionais e globais. Os desafios à diplomacia são enormes e a probabilidade de insucesso é elevada.

De facto, existe uma complexidade interna e externa que tem tornando, em certa medida, ineficaz a ação diplomática. O fim de ciclo diplomático de Lakhdar Brahimi confirma o insucesso da diplomacia no conflito sírio. O insucesso assenta num conjunto de “falhanços” que tentaremos seguidamente aflorar.

“FALHANÇO” # 1: ÊXITOS DIPLOMÁTICOS RESTRITOS

Verificaram-se alguns êxitos no âmbito da diplomacia multilateral. É o caso da aprovação por unanimidade da Resolução nº 2118 do CS da ONU relativamente à destruição do arsenal químico sírio. Este sucesso diplomático permitiu a implementação de procedimentos elaborados pela Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPAQ) para a destruição rápida do programa de armas químicas da Síria e sua rigorosa verificação. A resolução acrescenta “que nenhuma parte na Síria deve usar, desenvolver, produzir, adquirir, armazenar, conservar ou transferir armas químicas”, tentando vincular as proibições a todos os atores em confronto ou interessados no conflito. O Presidente Bashar Al-Assad ofereceu garantias que o seu país respeitará a resolução das Nações Unidas e colaborará no processo de erradicação do arsenal sírio. Importa referir que este acordo foi utilizado, inteligentemente, para reforçar a posição de Assad. Neste contexto, convém realçar o papel desempenhado pela diplomacia russa ao evitar uma possível intervenção militar dos Estados Unidos da América (EUA).

Outro dos poucos êxitos alcançados pela diplomacia relaciona-se com a ajuda humanitária. Neste contexto, muitos países do mundo tem acolhido os refugiados sírios nos seus territórios, sendo de destacar os países vizinhos e a Suécia, país europeu que maior número de refugiados tem acolhido.

O agravamento da situação humanitária na Síria emerge como uma séria ameaça à paz e estabilidade da região e em particular para os cinco países que continuam a aceitar a maioria dos refugiados sírios - Líbano, Turquia, Iraque, Egito e Jordânia. De acordo com dados do Alto Comissariado para as Nações Unidas existem mais de 2,4 milhões de refugiados sírios registados na região. Na Turquia, as previsões apontam para a existência de mais de um milhão de refugiados sírios mas, calcula-se que este número seja muito superior já que muitos vivem fora dos campos de refugiados. Estima-se que este país vizinho terá contribuído para este esforço humanitário, até Abril do corrente ano, com cerca de 3 mil milhões de dólares norte-americanos. O seu apoio tem sido, igualmente, importante no estabelecimento de corredores internacionais de caravanas humanitárias a partir das zonas turcas fronteiriças.

Apesar dos êxitos acima descritos somos levados a concluir que o produto do empreendimento diplomático é escasso. Estes êxitos restritos têm servido, em certa medida, até para perpetuar o conflito na medida em que alguns casos têm aumentado as Opções e a Vontade das forças em confronto.

“FALHANÇO” # 2: SECUNDARIZAÇÃO DA IMPORTÂNCIA DA AMEAÇA JIHADISTA

A “porosidade” das fronteiras com a Síria não favorece apenas o auxílio humanitário mas também a todo tipo de tráfegos, de refugiados, mercadorias, armamento e combatentes jihadistas, que “alimentam” e polarizam o conflito. Os níveis de violência e a persistência do conflito relacionam-se diretamente com esta “porosidade”. Consciente disto, o CS da ONU através da Resolução 2139 (2014), apelou ao fim de todas as formas de violência na Síria e condenou a ascensão do terror associada aos filiados da Al-Qaeda na região. A presença de combatentes estrangeiros no conflito da Síria levanta inúmeros problemas de segurança na região bem como noutras partes do globo, incluindo na Europa.

Alguns países da região como o Irão e a Turquia têm manifestado a sua preocupação devido ao perigo da proliferação de terrorismo e tem apelado aos

países ocidentais para um maior reforço de cooperação contra os jihadistas. De facto, o conflito da Síria pode constituir-se como um importante:

- (1) Catalisador de uma proliferação de ideais jihadistas à escala regional;
- (2) Reforçador da presença e das capacidades políticas e belicistas de radicais;
- (3) Recrutador, à escala regional ou global, de simpatizantes de causas religiosas radicais.

A diplomacia não tem sido capaz de mobilizar a união de esforços que visem travar a proliferação de ideais jihadistas que tendem a associar conflitos dispersos e isolados numa Guerra Santa transnacional.

“FALHANÇO” # 3: AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA DEFICIENTE

Bashar al-Assad está convicto que está a ganhar terreno. A conjuntura dos eventos é-lhe favorável, na medida em que:

- (1) Conta com o apoio do Irão (país também de maioria xiita e que procura consolidar a sua posição de potência regional) e da Rússia (que estrategicamente continua a manter a sua presença na base naval de Tartus, segunda cidade portuária mais importante da Síria no Mediterrâneo);
- (2) Não existe coesão na oposição síria, minada por lutas internas e interesses associados, por vezes, aos radicais islamitas;
- (3) E a Comunidade Internacional (CI) está “paralisada”.

São estes os ingredientes que levam Bashar Al-Assad a não demonstrar empenho em negociar apesar das críticas ao nível internacional.

Gostaríamos de relevar a falta de unidade na oposição síria que terá ditado, por exemplo a derrota em Homs perante as forças do regime; e a inação da CI que terá sido determinante na demissão do antigo Presidente da Coligação Nacional Síria da Oposição e das Forças Revolucionárias, o Eng^o e líder religioso, Moaz Al-Khatib. A CI não garantiu apoio genuíno a Moaz Al-Khatib e subestimou o eminente perigo de radicalização de alguns grupos no seio da oposição.

Adicionalmente, a oposição síria e seus simpatizantes estavam convencidos, no decurso do ano de 2012 e em grande parte de 2013, que o regime de Bashar Al-Assad acabaria por ceder, não havendo necessidade de negociações. Tinham a perceção otimista de que a crise síria estaria inserida na

agitação social que conduziu a “Primavera Árabe” e que o seu desfecho seria semelhante ao do Egito ou da Tunísia.

Estas avaliações estratégicas deficientes conduziram a CI e a oposição para decisões e ações diplomáticas desadequadas e ineficazes que mantêm o conflito aceso.

“FALHANÇO” # 4: INCOMPATIBILIZAÇÃO DE OBJETIVOS E INTERESSES DAS POTÊNCIAS REGIONAIS E GLOBAIS

A inação a que aludimos no ponto anterior não é, seguramente, alheia à disputa de autoridade, poder e influência dos diversos atores internacionais que muito têm a ganhar ou a perder com o conflito sírio.

A China persiste na sua habitual posição de não-ingerência nos assuntos internos de outros países, em grande parte, para evitar interferências externas nos seus próprios conflitos internos. Por outro lado, A China é um parceiro comercial importante e um cliente proeminente do petróleo proveniente do Irão, potência regional que pretende consolidar a sua posição no “jogo sírio” que poderá redefinir as fronteiras da região.

O Irão não é indiferente ao “xadrez” regional e continua a manter fortes vínculos tradicionais ao Hezbollah, organização fundamentalista islâmica xiita sediada no Líbano, inspirada nas ideias do aiatola Khomeini, pai da revolução islâmica no Irão. Recorde-se que os militantes do Hezbollah foram inicialmente treinados por um contingente da Guarda Revolucionária Iraniana. O Hezbollah é conhecido pela sua luta contra a presença de Israel no Médio Oriente mas também pelos seus sentimentos anti-Al-Qaeda. A sua participação no conflito sírio tem sido decisiva ao combater ao lado das forças do Governo do Presidente Bashar al-Assad.

A administração norte-americana de Barack Obama tem, por sua vez, adotado uma abordagem mais abrangente e até paradoxal nas suas relações com o Irão tentando evitar o seu isolamento e obter um acordo no âmbito do programa nuclear, ao mesmo tempo que tenta conter, limitar e influenciar o apoio iraniano a Assad e a sua hostilidade relativa a Israel.

A rivalidade entre a Arábia Saudita e o Irão é um fator importante a ter em conta. O programa nuclear iraniano pode promover uma corrida armamentista nuclear e convencional por parte da Arábia Saudita. A aproximação política do Iraque ao Irão é igualmente tida como uma ameaça à

Arábia Saudita. A cooperação Irão-Iraque-Hezbollah tem inclusive promovido uma inesperada aproximação entre a Arábia Saudita e Israel, polarizando, em maior grau, as relações de conflito na região. Não é por conseguinte mero acaso que a Arábia Saudita realizou um desfile militar em 29 de Abril de 2014. A presença de altos dirigentes das forças armadas do Paquistão nesse desfile são um forte indício de cooperação e, eventualmente, de transferência de tecnologia nuclear entre ambos países. Registe-se que a Arábia Saudita efetuou recentemente a aquisição à China de mísseis DF-21 (Dong Feng 21).

Por conseguinte, o conflito não se restringe ao espaço territorial sírio, envolve países e organizações que podem cooperar economicamente e ao mesmo tempo conflituam político, ideológica ou religiosamente. Os objetivos e os interesses são interdependentes tornando difícil a adoção de soluções de *soft* ou *hard power*. Nenhum interveniente é suficientemente autónomo para poder ter liberdade de ação total. É por isto que a Diplomacia não tem tido a arte nem o engenho de conseguir compatibilizar os diversos objetivos e interesses dos diferentes atores em cooperação ou em oposição.

“FALHANÇO” # 5: CONFERÊNCIAS DE PAZ GENEBRA I e II – APLICAÇÃO INADEQUADA DE MECANISMOS DIPLOMÁTICOS

Para elucidar e explicar as causas do falhanço da diplomacia no contexto do conflito sírio, podemos também recorrer a dois mecanismos do processo negocial da diplomacia conhecidos por «Zona de Possível Acordo (ZOPA) » e «*Best Alternative to a Negotiated Agreement (BATNA)*», que corporiza a melhora alternativa sem acordo.

A ZOPA ou «Zona de Possível Acordo» é um mecanismo de diplomacia que delimita a zona de margem de negociação possível para que um acordo possa ser alcançado entre as partes do conflito. Dentro desta zona, um acordo é possível, fora da zona, nenhuma negociação resultará em acordo. A compreensão deste mecanismo é fundamental para uma negociação bem-sucedida. Para identificar a existência da ZOPA, é necessário explorar os interesses e valores de cada uma das partes do conflito. Isto deve ser feito no início da negociação e ser ajustado à medida que mais informação é adquirida. Quanto maior a ZOPA, maiores são as probabilidades de se alcançar um acordo.

No caso da Síria, podemos afirmar que o mecanismo ZOPA não foi verdadeiramente aplicado porquanto não foi identificada a existência da zona de margem de negociação nas diferentes fases do processo.

Falhou também o mecanismo BATNA, processo em que o negociador deve manter sempre a sua objetividade e ter em conta os fatores que possam comprometer o êxito do processo negocial e por sua vez prejudicar a linha de ação que será empreendida caso as negociações em curso falharem e um acordo não puder ser alcançado. O mecanismo BATNA corporiza a ideia de que, por vezes, é preferível não ter acordo nenhum do que um impasse negocial que mantém os níveis de conflitualidade.

Os insucessos das Conferências de Paz Genebra I e II são os resultados visíveis de mecanismos diplomáticos de negociação deficientemente edificados e aplicados.

NOTA FINAL

Foram identificados cinco “falhanços” no domínio da diplomacia que justificam parcialmente a persistência do conflito:

1. Êxitos diplomáticos restritos;
2. Secundarização da importância da ameaça jihadista;
3. Avaliação estratégica deficiente;
4. Incompatibilização de objetivos e interesses das potências regionais e globais;
5. Aplicação “inadequada” de mecanismos diplomáticos.

Uma análise sumária aos falhanços identificados permite-nos concluir que o conflito sírio tem uma dinâmica diferenciada dos eventos da Primavera Árabe mas que poderá ser a força motriz de uma transformação que ainda agora se iniciou. O tempo parece favorecer a radicalização do conflito, a adição de mais atores regionais e não-regionais e a redefinição de novas dinâmicas e alianças. Os desafios que se colocam às seguranças regional e global são complexos.

Acreditamos que apesar dos insucessos e dos falhanços, é à Diplomacia que ainda está reservado o papel principal.

Bibliografia

- Berridge, G., 2010. *Diplomacy, Theory and Practice*. 4th ed. London: Palgrave Macmillan.
- Billion bibles, 2014. *Muslim Brotherhood & Hitler*. [em linha]. Disponível em <http://www.billionbibles.org/sharia/hitler-muslim-brotherhood.html>.
- Clark, I., 1999. *Globalization and International Relations Theory*. Oxford: Oxford University Press.
- Farrokh, K., s.d. *The Extreme Religious Right and the Muslim Brotherhood*. [em linha]. Disponível em <http://www.kavehfarrokh.com/articles/iranian-anti-persianism/the-extreme-religious-right-and-the-muslim-brotherhood/>.
- Fisher, R., Ury, W. & Patton, B., 1991. *Getting to yes – Negotiating Agreement Without Giving In*. 2nd ed. London: Penguin Books.
- Geller, P., 2014. *Muslim Brotherhood Supporters, Opponents Accuse Each Other of Being Jewish*. [em linha]. Disponível em <http://pamelageller.com/2014/03/muslim-brotherhood-supporters-opponents-accuse-jewish.html>.
- Kissinger, H., 1995. *Diplomacy*. New York: Simon & Schuster Paperbacks.
- Stiglitz, J., 2008. *Making Globalization Work*. New York: W.W. Norton & Company, Inc.
- Solomon, A., 2014. *Egyptian regime, Muslim Brotherhood accuse each other of being “Jewish”*. [em linha]. Disponível em <http://www.jpost.com/Middle-East/Egyptian-regime-Muslim-Brotherhood-accuse-each-other-of-being-Jewish-343835>.
- Tait, R., 2011. *“Muslim Brotherhood: Radical Islamist or Reluctant Democrats?”* [em linha]. Disponível em http://www.rferl.org/content/muslim_brotherhood_feature/2293237.html.
- The Middle East Research Institute, 2014. *Muslim Brotherhood Supporters, Opponents Accuse Each Other of Being Jewish*. [em linha]. Disponível em <http://www.memri.org/report/en/0/0/0/0/0/0/7848.htm>.
- Thompson, L., 2010. *A Verdade sobre a Negociação*. 4th ed. Lisboa: Actual.
- UNHCR, 2013. *A Year in Review 2013: UNHCR Syria*. [em linha]. Disponível em <http://www.unhcr.org/52eb7a7a9.html>.

UNHCR, 2014. *UNHCR urges countries to offer admission to 100,000 Syrians from next year.* [em linha]. Disponível em <http://www.unhcr.org/53072f4f6.html>.

United Nations, 2014. *Resolution 2139.* [em linha]. Disponível em http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/s_res_2139.pdf.

Ware, J., 2013. *Time to wise up to the Muslim Brotherhood.* [em linha]. Disponível em http://www.thecommentator.com/article/3944/time_to_wise_up_to_the_muslim_brotherhood.